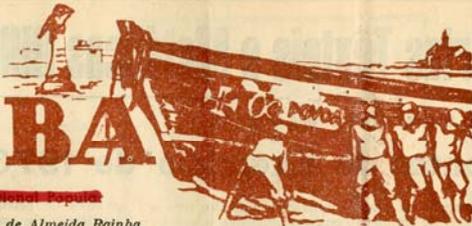


Mostra documental
da Biblioteca Municipal Rocha Peixoto

O 25 DE ABRIL
NA IMPRENSA
POVEIRA

de 22 de Abril
a 6 de Maio

ALA ARRIBA



Órgão de Propriedade da Acção Nacional Popular

DIRECTOR: Luis Filipe de Almeida Rainha

Publica-se ao Sábado

Comp. e Imp. — EDITORA POVEIRA — Telef. 62257 — Póvoa de Varzim

Redacção e Administração:
R. do Dr. Sousa Campos, n.º 1-r/c-E
Telefone 62481

MOVIMENTO MILITAR TRIUNFANTE

O País está a ser dirigido por uma Junta de Salvação Nacional

Aconteceu na madrugada da última quinta-feira, dia 25 de Abril de 1974, aquilo que bem pode chamar-se o virar de uma página da História de Portugal.

Triunfou um «Movimento Militar» que foi dirigido desde as primeiras horas da manhã, por altas patentes das forças armadas portuguesas, onde pontificaram nomes como o do general Spínola e outros Oficiais Gerais.

Iniciado em Lisboa cerca das 3 horas da madrugada, com a ocupação do Ministério do Exército e seguidamente dos estúdios do Rádio Clube Português, Emissora Nacional e Radiotelevisão Portuguesa, por forças do Regimento de Caçadores 5, de Lisboa e da Escola Prática de Cavalaria, de Santarém, o «Movimento» alastrou mais tarde com a anexação de outros ramos das forças armadas de terra, mar e ar, com incidência fulcral em Lisboa, junto dos ministérios, Banco de Portugal, C. T. T. do Terreiro do Paço, etc., estabelecimentos que se mantiveram fechados durante todo o dia.

Entretanto foram também «controlados» os aeroportos nacionais militares e civis, tendo as carreiras de aviões que se dirigiam para o continente sido desviadas para o aeroporto de Madrid, na Espanha.

Após vários comunicados e apelos à população para que se mantivesse calma e ordeira e obedecesse às instruções militares, o «Movimento Militar» conseguiu durante todo o dia, especialmente da parte de tarde, a total adesão de todas as forças militares e paramilitares.

Ao fim da tarde foi também

anunciado ter sido destituído do seu alto cargo o Prof. Dr. Marcelo Caetano, o qual se havia refugiado no Quartel do Carmo da G. N. R. de Lisboa, e que, conjuntamente com alguns ministros teria rumado para a Ilha da Madeira, recebendo «honras militares» na presença do General Spínola.

A noite a Radiotelevisão Portuguesa anunciou o total triunfo do «Movimento» e já na madrugada de sexta-feira, o próprio General Spínola, através de um comunicado difundido perante as câmaras da R. T. P., deu a conhecer ao mundo português os nomes da Junta de Salvação Nacional que ficou a presidir aos destinos de Portugal, e que é a seguinte: Presidente, general António de Spínola; colaboradores: general Manuel Diogo Neto (ausente da metrópole); capitão-de-fragata António Alvaro Rosa Coutinho; capitão-de-mar-e-guerra José Batista Pinheiro Azevedo; general Francisco da Costa Gomes; brigadeiro Jaime Silvério Marques e coronel Carlos Galvão de Melo.

Na nossa cidade — como aconteceu praticamente em todo o país — o público, inicialmente confuso, acabou por compreender o significado do acontecimento e a vida diária processou-se normalmente, inclusive nos estabelecimentos de ensino maior ou menor, que funcionaram como habitualmente.

Apenas encerraram as suas portas, neste dia, os estabelecimentos bancários e uma ou outra casa do ramo de ourivesaria.

O maior roubo da história local

Aconteceu na passada 2.ª-feira, pelas 10.30 horas da manhã, na nossa terra, um acontecimento insólito, que pode classificar-se de audacioso e, de certo modo original: do automóvel do Sr. João do Espírito Santo, de Jovim, Gondomar, foram roubadas milas de ouro e prata, no montante de cerca de 6 mil contos!!!

A operação ocorreu nas confluências das ruas de Tenente Valadim, Largo do Ceigo do Maio e Travessa do Cais Novo, quando este senhor, fabricante de ouro e prata, estacio-

nou ali por alguns minutos o seu veículo, para visitar o seu primeiro cliente do dia, na Rua da Junqueira, ali a dois passos...

À vista de toda a gente, mal o proprietário viu costas, aproximou-se do primeiro um outro carro de cor clara, com alguns homens dentro, que em poucos minutos, após abrirem à mala deste primeiro carro, passaram todo o precioso recheio para o segundo, retirando em seguida a toda a velocidade... perante o espanto do roubado, que se aproximava!

Tudo foi rápido e preciso, não havendo ninguém que tivesse ao menos fixado a matrícula do carro dos assaltantes, mas se presume, por informações vindas a lume, ser um «Ford» CA-75-77, dado que já na semana anterior este carro estacionou por diversas vezes numa praça próxima à residência do proprietário assaltado, que deveria andar à muito tempo a ser «espionado».

Que a Autoridade competente possa em breve descobrir os «autores» de tão vil facanha, para que possamos viver em paz com as nossas vidas e com os nossos haveres.

Quanto a nós, parece-nos ter sido este o maior roubo da história local, que esperamos não se repita jamais.

o eterno problema do lixo, deixado por aí a esmo, deu barraca...

Já por várias vezes, nestas colunas, chamamos a atenção para as mini-lixeiras que pululam em vários locais da cidade. No entanto, nem os habituais «fazedores» das mesmas, nem as entidades responsáveis pela saúde pública, procuraram acabar com elas. Assim, como tudo tem um limite e a paciência humana não foge à regra, tiveram que o fazer os moradores das áreas onde elas se localizam, o que numa delas proporcionou uma cena deveras lamentável e que passamos a descrever: No passado dia 22, cerca das nove horas e meia da noite a locatária de um prédio da Rua Bernardino Faria, notou que a cerca de 30 metros, nuns terrenos face à referida rua, em frente à sua residência, uns vultos, que identificados verificou não residirem naquela artéria, despejavam lixo para ali transportado num carrinho de mão.

Dirigiu-se-lhes berberando tal procedimento. Aqueles, não só consumaram o acto, como voltaram, de seguida, com novo carregamento, despejando-o no mesmo sítio (no dia seguinte de manhã passava-lhes à porta o carro de recolha de lixo). Ainda a mesma senhora, acompanhada de duas filhas menores, voltou a reprovar-lhes a atitude que não foi bem aceite pelos prevaricadores, que depois de uma troca de palavras, acabaram por agredir as duas menores, causando contusões no rosto de uma delas que teve de receber tratamento no hospital.

A P. S. P. local tomou conta da ocorrência e oxalá isto sirva para se acabar de uma vez para sempre com essas montureiras de porcaria, que constituem uma grave ameaça à saúde de todos nós.

Tudo o que se relatou, seria evitado se uns atentassem nos inconvenientes que daí adviriam e os outros, os que têm a seu cargo o dever de fazer cumprir a lei, tivessem tomado as providências que se impunham.

Espectáculo triste, onde mais uma vez ficou bem demonstrada a falta de educação, civismo e respeito pelo seu semelhante, de uns quantos que se dizem povos.

Orsino

É POVEIRA

MISS MOÇAMBIQUE-74

Chama-se Maria do Céu Sousa Gomes a nova Miss Moçambique. Tem 22 anos, trabalha como escriturária numa firma de Lourenço Marques, e é natural da nossa terra.

É alta, muito elegante, com um tipo de beleza oriental. Logo que pisou o palco ninguém ficou a duvidar que ia ser a escolhida.

Parabéns à nossa esbelta conterrânea.

Aniversário de Ala Arriba

Endereçaram-nos cumprimentos e felicitações pela passagem de mais um ano de actividade em prol da Póvoa e da Póvoa, as seguintes entidades, organismos e assinantes: Comissão Municipal de Turismo desta cidade e seu presidente, Dr. Lino de Miranda; Previsão Hidroviária Portuguesa; Srs. Manuel Joaquim Calarino, gerente da Agência C. G. de Depósitos da nossa terra; e Moisés Gonçalves Frasco de Lisboa.

Gratos pela gentileza.

EM DEFESA DO VINHO AMERICANO

(Continuação do número anterior)

b) Se tiver execução prática a lei agora votada (e eu insisto na condicional...), então a agricultura deste país sofrerá provavelmente o golpe de misericórdia que há tanto tempo a ameaça. Como disse o deputado Homem Ferreira, em termos dum realismo chocante, a Assembleia Nacional «não pode alhear-se das condições infra-humanas da existência de muita dessa gente constantemente vergada sobre minúsculas propriedades para conseguir o pão de cada dia. Muitos regam a pequena leira apenas com o suor do rosto. Todos a cultivam com dedicação e amam-na entranhadamente. Vivem alicerçados numa economia de auto-subsistência, produzindo para consumir. Para as outras despesas fundamentais, como contribuições, vestuário, médico, remédios, adubos, etc., socorrem-se da árvore, da resina e de alguma cabeça de gado. Constituem, de facto, vidas rozas, que as leis não podem esquecer e a tecnocracia não deve cilingrar ou agravar.

«Ora, nas regiões a que me quero referir (e ele falava concretamente da região entre Aveiro e Viana do Castelo), merec das características geológico-climáticas, as castas de qualidade superior não vingam e são evitáveis, ao contrário do que sucede com os produtos directos, especialmente as videiras americanas».

O problema tem de ser colocado em bases reais, sem teorizações e formulários mais ou menos alienantes. Será viável a reconversão preconizada na lei? Que produtividade oferecem, em certas zonas, as castas de qualidade superior? Estará o pequeno proprietário na disposição de ser passivamente despojado do único vinho que as suas terras produzem, com elevada generosidade para os pequenos cuidados exigidos? Tendo em conta a gravidade da presente situação e o que se passou em épocas relativamente próximas, por motivos semelhantes, é caso para

insistir na condicional...

Em boa verdade, e como referiu Homem Ferreira, «a agricultura do Norte do País já não é uma profissão, é um heroísmo», e de problema técnico-económico que sempre foi é agora transformado num problema religioso, «já que só um milagre a pode salvar». Foi isto que fez da nossa agricultura «a arte de empobrecer alegremente».

c) A lei briga ainda com o problema do direito de propriedade (aliás discutido na Assembleia). Homem Ferreira colocou-o nestes termos: «Nas lhas deste quadro, e numa época de preços galopantes, não parece justo privar toda essa gente do único vinho de que pode dispor, despejando-a do direito e da liberdade de produzir e consumir os frutos das suas pequenas terras, entre as quais se inclui o vinho americano».

Só graves exigências de carácter social podem limitar e condicionar o direito de propriedade. No caso do vinho americano, a demonstração científica dos tais «comprovações malfélicas» era condição «sine qua non» para a sua proibição. Como a acusação não passa dum *ridiculação cientificamente injundada*, a lei é claramente injusta. É admissível que se proíba a comercialização do vinho americano, mas — diz o deputado Homem Ferreira — «esta nova restrição ao direito de propriedade não pode exceder os limites das implicações sociais do problema e alargar-se à plantação de novas videiras para consumo próprio, porque isso seria uma inaceitável intromissão na liberdade das pessoas, a roçar as fronteiras da inconstitucionalidade». Isso impediria o proprietário de exercer os poderes de uso, fruição e disposição contidos no direito de propriedade (artigo 1305 do Código Civil e número 15 do artigo 8 da Constituição Política).

(Continua no próximo número)

Saudamos o glorioso Movimento das Forças Armadas, saudamos as Forças Democráticas civis que acompanharam com confiança e coragem a extraordinária jornada de Libertação, saudamos o Povo Português e a sua força magnífica, que nunca deixou de lutar contra a ditadura, pela conquista da Liberdade, para a perfeita construção do Futuro!

Ano 72.º — N.º 17

Publicação semanal — A VENGANÇA

Sábado, 4 de Maio de 1974

O COMERCIO

DA PÓVOA DE VARZIM

DIREC. E PROPRIETÁRIO: MANUEL AGONIA FRASCO

JORNAL REPUBLICANO E DEFENSOR DOS INTERESSES LOCAIS

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO — OFICINAS: R. DE JOÃO DIAS, 6-T. TEL. 62351 PÓVOA DE VARZIM

DIRECTOR ADJUNTO MANUEL F. FARIA FRASCO

O POVO UNIDO

**jamaiz
será
vencido**

A população portuguesa foi galvanizada de alegria e de entusiasmo na manhã da penúltima quinta-feira. É que o País estava a atravessar uma das suas maiores crises de todos os tempos. Sobre nós pairavam nuvens negras, de mau preságio. Era a crise económica, a crise política, a carestia incessante do custo de vida que estava tomando proporções assustadoras. Não falando já na questão ultramarina que essa não pode ser resolvida a curto prazo. Tem de ser bem estudada, bem esclarecida e carece de ser resolvida com calma e serenidade por todos os portugueses de aquém e d'além-mar, para que todos tenham na mesma o seu quinhão de responsabilidades.

Surgiu, finalmente, um Movimento das Forças Armadas — Junta de Salvação Nacional — que depois de ter dissolvido o Governo, promete firmemente dar a todos os portugueses, quaisquer que sejam os seus credos políticos ou religiosos, uma era de Paz e de Concórdia para que, todos unidos, possamos exigir que o Mundo nos olhe com respeito e admiração, como não eramos olhados e admirados há perto de cinco décadas.

A Junta de Salvação Nacional, a que preside a figura de patriota do General António de Spínola, propõe levar a cabo medidas drásticas, fazendo acabar com regimes de opressão de que estavam a ser vítimas tantos compatriotas nossos que, pela sua inteligência e pela sua cultura, não podiam pactuar com o que lhes pretendiam impor. A data de 25 DE ABRIL ficará como

uma data a marcar na História da nossa Pátria tão rica de cometimentos. Comparámo-la à data gloriosa do 5 d'Outubro. O Movimento das Forças Armadas rapidamente conquistou a simpatia e o apoio do Povo e teve com ele todas as guarnições do País que lhe deram o seu apoio, incitando-o a levar à frente o programa a que se propôs — dar ao povo português a sua independência, liberdade de reunião e de acção em todos os campos, sem ter necessidade

de tutelas. Através da Junta de Salvação Nacional, dissolveu a Assembleia Nacional para promover, tão depressa quanto possa ser, eleições livres onde o povo possa votar com dignidade e sem coacção. Promete instituir a Paz e o Progresso em todo o território português, para que possamos ser dignos do passado que tanto nos honrou e dignificou perante o Mundo civilizado. Todos nós temos, neste momento, os olhos postos nos homens que dirigem a Junta e certos aspectos que tudo farão no sentido de pôr em prática, no mais curto espaço de tempo, o programa que foi anunciado à Nação e que satisfaz de imediato todos aqueles que acima das suas paixões põem o nome de Portugal que pretendemos ver prestigiado em todos os domínios internos e externos.

VIVA PORTUGAL!
VIVA A REPÚBLICA!
VIVA A DEMOCRACIA!

Comunicação do General Spínola

aos soldados das Forças Armadas

É a seguinte a exortação feita aos militares das Forças Armadas pelo presidente da Junta de Salvação Nacional:

«Aos bravos soldados das Forças Armadas expresso o meu reconhecimento por mais este sublime acto de patriotismo a juntar a tantos outros praticados na defesa do Ultramar Português e ainda pelo exemplar disciplina e alta eficiência demonstradas no cumprimento da transcendente missão de que foram incumbidos a bem da Pátria. Bem hajam! Viva Portugal!»

O PROGRAMA do Movimento de Salvação Nacional

- Extinção imediata da Direcção Geral de Segurança, da Legião Portuguesa e da Acção Nacional Popular
- Amnistia imediata para os presos políticos
- Abolição da Censura e Exame Prévio
- Reorganização e Saneamento das Forças Armadas
- Combate eficaz contra a corrupção
- Permissão a formação de Associações Políticas
- Luta contra a inflação e a Alta do custo de vida

um dia diferente

por CARLOS DE RIOBOM

Apenas meia dúzia de palavras serenas, neste momento histórico que Portugal vive de lés-a-lés. Desde 25 de Abril passado, ao romper da Alvorada.

Palavras de Fé, em Portugal. No Movimento das Forças Armadas. Nos Sagrados Destinos duma Pátria Livre. De Confiança, num Povo, que mais uma vez veio para a rua, alegre, contente, provar com o seu entusiasmo, patriotismo, alegria... que não morrera. Que resistira virilmente há cerca de meio século de ditadura, espoliado, de todos os seus direitos civis e políticos.

De esperança, numa Nação que vegetou durante cinco longas décadas, divorciada da Europa. Costas voltadas aos grandes problemas humanos. Mergulhada numa constante farsa trágica. Embaldado por churungas de aldeias, foguetório, ritualista chuva de pétalas. Lembrando sinistramente o filme «O Padrinho» de Marlon Brando.

Compeliada a fechar os olhos, os ouvidos — à Igreja de Hoje. Assistir ao julgamento dos verdadeiros, autênticos anunciadores do Evangelho.

Com a idade que temos, ja-

mais tivemos licença de votar! Sempre se desculparam, que o nosso nome, «lamentavelmente» esquecera de ser inserido na lista — outras vezes... que fora salto da máquina! Mas isso já nada interessa! O que conta, é vital, é que de futuro todos os portugueses tenham aqueles direitos sagrados, que os cidadãos usufruem em França, Grã-Bretanha, Dinamarca, Suíça, Noruega, Suécia, etc. — que rezam os «Direitos do Homem», que assinamos em S. Francisco.

Que não tenhamos de recorrer diariamente aos jornais estran-

Continua na página 4

o nosso comentário

Reaprender a escrever. Eis uma tarefa que se nos propõe. Reaprender a olhar o papel branco, à nossa frente, sem medo das palavras que a mão diligente se apressa a transportar do pensamento à escrita. Reaprender a não hesitar, remoendo quinhentas vezes as ideias, riscando períodos e adocando a frase, escondendo em ironia a amargura do

Restituição ao Povo Português das liberdades de que tem sido privado

— proclamação feita ao País na manhã de 25 de Abril

«Considerando que, ao fim de treze anos de luta em terras do Ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os portugueses de todas as raças e credos;

Considerando o crescente clima de total afastamento dos portugueses em relação a responsabilidades políticas que lhes cabem como cidadãos em crescente desenvolvimento, de uma tutela de que resulta o constante apelo a deveres com paralela denegação de direitos;

Considerando a necessidade de sanear as instituições, eliminando do nosso sistema de vida todas as ilegalidades que o abuso do poder tem vindo a legalizar;

Considerando, finalmente, que o dever das Forças Armadas é a defesa do País, como tal se entendendo, também, a liberdade cívica dos cidadãos:

O Movimento das Forças Armadas, que acaba de cumprir, com êxito, a mais importante das missões cívicas dos últimos anos da nossa História, proclama à Nação a sua intenção de levar a cabo, até à sua completa realização, um programa de salvação do País e de restituição ao Povo Português das liberdades cívicas de que tem sido privado. Para o efeito, entrega o Governo a uma Junta de Salvação Nacional a quem exige o compromisso, de acordo com as linhas gerais do programa do Movimento das Forças Armadas — que através dos órgãos informativos será dado a conhecer à Nação — de, no mais curto prazo consentido pela necessidade de adaptação das novas estruturas, promover eleições gerais de uma Assembleia Nacional Constituinte com os poderes que por sua representatividade e liberdade na eleição permitam ao País escolher livremente a sua forma de vida social e política.

Certo de que a Nação está conosco e que, atentos os fins que nos presidem, aceitará de bom grado o Governo Militar que terá de vigiar nesta fase de transição, o Movimento das Forças Armadas apela para a calma e civismo de todos os portugueses e espera do País a adesão aos poderes instituídos em seu benefício. Sabemos, deste modo, honrar o passado no respeito pelos compromissos assumidos perante o País e por este perante terceiros.

E ficamos na plena consciência de haver cumprido o dever sagrado da restituição à Nação dos seus legítimos e legais poderes.»

FOI-SE A VELHICE. FOI-SE A DECADÊNCIA. FOI-SE A teimosia na estagnação. E tudo se passou com armas que, pela primeira vez, abençoamos — e isso porque não dispararam para alcançar uma Vitória e as vinhos floridas! Na verdade, abençoada Vitória! Que esta heróica investida do General Spínola, do General Costa Gomes e dos seus colaboradores, dos mais evidenciados, dos mais humildes e apagados, sirva de lição ao Mundo inteiro! — e que de lição sirva, simultaneamente, o civismo, à excepção de casos esporádicos que não contam num todo, da boa gente portuguesa que, embora sequiosa de liberdade de Ser pensante a que

naturalmente tem Direito, soube esperar que o milagre se operasse sem derramamento de sangue... sempre tão mortificante, mormente entre irmãos natos e criados sob a mesma bandeira!

O dia 25 de Abril de 1974 será sempre glorificado como um dos

Abolição da Censura à Imprensa

A partir do nosso número de hoje, deixamos de enviar as provas à Comissão de Exame Prévio (Comissão de Censura) como vinhamos fazendo há 48 anos, sujeitos à permanente dúvida de autorização de publicação dos nossos textos e dos nossos colaboradores, — sujeitos a tantas alterações de última hora com a substituição da matéria censurada.

PORTUGAL REMOÇADO!

por ISABORA CORREIA SANTOS

maiores na História de Portugal — cujas páginas, quase desde que nos conhecemos, foram ulucadas por leis e feitos que a nova geração observará talvez melhor que nenhuma outra e, melhor que nenhuma outra, condenará no que

Continua na página 4

reaprender a escrever

pensamento reprimido (não aprisionado!) nesta tarefa de escrever para quem nos lê aquilo que muitas vezes não deixavam ser lido.

Reaprender a deixar soltas as palavras, íntegras e significantes, pensar em mãos rudes de trabalho, olhar as nossas e escrever: Fraternidade! Pensar no povo, toda a gente, em marcha alegre e confiante, ex-

plendo o medo e gritando, ainda timidamente, a sua confiança, e sabendo que a única palavra que se pode escrever é: Liberdade. E escreve-la!

Torna-se necessário estimular a nossa coragem, desgastada dia a dia no permanente convívio com indignas solicitações, na recusa de um

Continua na página 4

E DEPOIS DO ADEUS

Depois do movimento de 25 de Abril e da magnífica manifestação de civismo que constituiu o 1.º dia do trabalhador, parece chegada a hora de, calmamente e abandonando a natural euforia dos primeiros dias vividos no novo Portugal, começar a construir o Futuro. A Póvoa do Mar cujo povo tantas páginas de coragem e destemur escreveu na História de Portugal, deve, pois e mais uma vez demonstrar essa coragem encarando bem de frente a realidade de forma a corrigir o tanto que está mal. Não se trata, de forma alguma, de por em prática vinganças pessoais.

A Democracia que dá os primeiros passos livres depois de 48 anos de imobilização forçada, não pode nem quer utilizar processos iguais àqueles em que eram usados

por JOÃO APPLETON

os governos salazarista e marcelista. Apesar disso, devem tomar-se precauções e o mais importante não é o afastamento daquelas personalidades eminentemente reconhecidas como fascistas. Esse afastamento é necessário no sentido de dar melhor aproveitamento aos reais valores poveiros, até há bem pouco impossibilitados de se manifestarem em toda a sua potencialidade. Mas há em primeiro lugar que desmascarar todos aqueles que vangloriando-se de professar ideias anti-democráticas antes do dia 25 de Abril, chegaram luminosamente à conclusão (no dia seguinte) de que apoiavam sem restrições o Movimento Libertador

Continua na página 4



O COMERCIO DA POVOA DE VARZIM

JORNAL REPUBLICANO E DEFENSOR DOS INTERESSES LOCAIS

BENDITO SEJAS, POVO PORTUGUÊS!

Já há muito dizia, ou melhor, sentia, que o Povo Português é um dos melhores sobre a terra. Quem o apreciou no alvorecer dum «novo dia» — 25 de Abril de

1974 — e sequentemente nos dias imediatos, muito em especial no 1.º de Maio, sentirá da mesma forma como eu.

O Povo Português é democrata e sentimental por natureza. Sabe rir e cantar, como nenhum outro, nas horas felizes, e sabe chorar, nas menos afortunadas; sabe compreender, até ao exagero, quando lhe exigem presença com responsabilidade; sabe dar-se, de alma e coração, quando o procuram e dele necessitam; sabe orar, de mãos erguidas, se a tormenta o persegue; e sabe perdoar, como nenhum outro, as afrontas que merecem perdão.

Mas aí daquele que o traírl... Então, eleva-se colossal, cria forças quase sobrenaturais, e é-lhe a lutar, por palavras, por acções, por movimentos mais fortes que rajadas de vento!

É gigante quando precisa de dominar as vagas altaneiras, mas é também criança quando afaga as mãos dos velhos, as pétalas da rosa, a plumagem das avezinhas!

É valente quando empunha, com galhardia, e acima de todas as outras, a sua bandeira verde-rubra!

É ainda poeta quando, cheio de esperança, olha de frente o Sol nas alturas!

BENDITO SEJAS, POVO PORTUGUÊS!

Maio — 1974

MARILIA LORETO COIMBRA

o que sofremos com a Censura!...

«O Comércio da Póvoa» desde a sua já longa existência de 72 anos, foi sempre coerente com os princípios que adotou. Pela Póvoa, pela Pátria e pela República. Nunca em tempo algum abdicou desses princípios, apesar dos muitos sacrifícios e alguns — muitos, mesmo — de ordem monetária, que lhe eram impostos pelo lápis vermelho da Censura, que nos dava por vezes a impressão de que esta jornal estava no seu índice negro.

Sofremos muito. Conosco sofreram muitos dos nossos colegas desta tão mal acarinhada Imprensa, sobretudo aqueles que nunca abdicaram dos seus princípios republicanos e democráticos.

Vimos artigos e artigos nossos cortados pelo lápis da ditadura. E também vimos textos deturpados, tirando, por vezes, o sentido àquilo que queríamos dizer. Pretendemos, por vezes, transcrever assuntos publicados em jornais diários e nem isso nos era permitido. Artigos por nós enviados à Censura, eram cortados, para depois os vermos publicados na íntegra em outros jornais regionais que nos vinham às mãos e a quem os seus autores enviavam.

Onde estava, então, o critério dos srs. censores? Para nós existia o espírito de nos incomodar e fazer mal. Porque defendíamos o ideal democrático? Quem o duvida?

CRAVOS DE PORTUGAL

O que o mundo dá, irmãos, o que ele dá!
Homens capazes de trespassar outros, com cravos, nas mãos, nos pés, mesmo nos cérebros; estrangendo-lhes movimentos e ideias.
O que o mundo dá! Tristes mortais, como todos, mas criando-se super homens! O mundo é só eles, só para eles. A seu redor, a vida é uma farsa.

Mas cravos são também dádiva generosa da terra. São florescência subtil, são odor e corolas vivas.
Álitos nos seus pés, querem a luz que os banhe em pleno, sendo murcham breve.

Quem a água que os dessejate, lhes dá a vida a que têm direito, por igual, com todos os outros seres que, sob o céu, nasceram.
Aí, cravos nossos, símbolo da redenção pátria!

Nos peitos portugueses, vibrais com mais cor.
Sois as flores do amor entre todos nós, da liberdade, da paz e da justiça.
Sois os nossos corações pulsando ao Sol.

Festa do 1.º de Maio de 1974

RODRIGO FÉLIX

Carta aberta a alguns jornalistas (que mesmo assim são muitos) sobre o seu oportunismo político

É a vocês jornalistas que agora estão atarefados em virar o bico ao prego que se dirige esta carta e este alerta contra todos os oportunistas que como camarões começam a aparecer por todos os lados. E então oiçam: Vocês que bajularam ministros, presidentes das câmaras, governadores civis, figuras proeminentes da política e da finança; vocês que se bateram à miseranda cartilha com uma gratificação dentro, para tecerem toda a espécie de falsos elogios e louvores, que enriqueceram ou passaram a levar um estilo de vida que o vosso magro ordenado não comportava, que escreviam que fulano e sicrano tenham proferido um notável discurso sem que nada nem ninguém obrigasse a

dizer que tinha sido notável; vocês que procuravam através da influência dos «trutas» vários tachos, que elegeram direcções do sindicato que defendiam os patrões, que acharam sempre meritórios os chás canastas, bridges ou passagem de modelos das senhoras queques, para ajudarem os pobrezinhos coladinhos; vocês que bajularam Salazar e Marcello (que nutriam por vocês o mais afrontoso dos desprezos), que se puseram sempre do lado das autoridades contra os trabalhadores e estudantes, que trataram sempre da pior maneira o pobre do ladrão que roubou para dar de comer aos filhos e que ocultavam ao mesmo tempo os nomes de personagens conhecidos apunhados em escândalos públicos; vocês que olhavam com desconfiança ou punham à margem os colegas que pensavam e actuavam à esquerda, que passaram uma vida inteira a dizer que a polícia era sempre obrigada a intervir para impedir desmandos e certas sentenças de juizes eram brandas e que sancionavam a existência das tutorias, asilos, e albergues como instituições necessárias e justas; vocês que sob o estado repressivo de Salazar e Marcello nunca apareceram publicamente a manifestar o vosso desacordo, vocês não são dignos de escrever para um Povo que só agora se apressa a vir dizer que respeitam, e não são dignos de serem lidos por um leitor novo, que começa a despertar para a realidade verdadeira jornalista a construir com ele um outro país, uma nova relação humana, sem censura nem camaleonismo. Desistam e reformem-se que o Povo, a Cultura e o Jornalismo agradeçam.

Transcrições

Os nossos prezados colegas «O Despertar», de Coimbra, e «Notícias de Chaves», dignaram-se transcrever do nosso jornal o sueto sobre o agravamento dos preços da instalação dos telefones, das chamadas e dos novos preços das franquias postais. Muito gratos pela gentileza.

EDUARDO V. DA FONSECA
Da «República», de 3-5-1974

HÁ quem procure precipitar os acontecimentos descabidamente. A Junta de Salvação Nacional prometeu — e tem cumprido — o programa de democratização que expôs ao País, dando ao Povo liberdade de acção, liberdade de pensamento, liberdade de reunião, coisas que não foram possíveis em 48 anos de ditadura, de opressão e de tirania. Evidentemente que não podemos exigir que se destrua em 48 horas ou em 48 dias, o que levou 48 anos a construir: um Povo amodorado sem direitos a poder formar uma opinião, a poder dialogar sobre assuntos de interesse nacional, porque tal não lhe era permitido. Precisamos de manter calma, serenidade, composição. Precisamos, sobretudo, de ter paciência para aguardar os aconte-

nota da semana

cimentos. Temos de confiar no Movimento das Forças Armadas, no Governo de Salvação Nacional garante do programa apresentado, que está sendo cumprido na medida do possível. Muitos têm sido os problemas, os obstáculos surgidos e que vão sendo resolvidos de acordo com os princípios estabelecidos. Quem viveu 48 anos amodorado, sem poder levantar a voz, embora tantas e tantas vezes tivesse necessidade de o fazer — repetimos — não queira que os problemas que a todos nos afectam sejam vistos e resolvidos de um dia para o outro. Calma, serenidade e compostura é o que se torna necessário viver no momento ainda muito grave que estamos a atravessar. Saiba o Povo dar provas daquela civismo tantas vezes negado pelas forças opressoras da ditadura.

Interesses Poveiros

por A. DE FARIA

É uma curiosa sensação esta, de liberdade — responsabilidade, quando se pega no papel e na caneta para escrever. Impossível de definir (só de sentir), o sentimento de que não há qualquer pena, nem de temas, nem de palavras, para além da limitação da pessoa em si mesma.

Liberdade total — responsabilidade absoluta, tanto nos conceitos como na sua expressão, levam-me agora a pensar que, finalmente (e já não era sem tempo!) muito se esperou... valerá a pena, por se ir criar outro clima de receptividade, levar as ideias às últimas consequências, porque em muitos casos a luta deixará de ser inglória.

E inútil, como antes aconteceu tantas vezes.

Embora com razão, embora com justiça, de nada valia (porque forças havia que neutralizavam tudo o que fosse contrário aos seus interesses) em muitos casos, abordar os temas, ou tentar dar-lhes seguimento.

Sabia-se (e era altamente frustrante) que nada faria alterar determinadas posições, de tal modo que muitos assuntos ficaram por tratar, e muitos outros o foram só até ao limite do possível.

Continua na página 4

O Povo unido jamais será vencido

Vai efectuar-se hoje, sábado, pelas 21,30 horas, no Pavilhão do Desportivo da Póvoa, um comício organizado pela Comissão Concelhia do Movimento Democrático Português. Os bilhetes-convites podem ser procurados na sede do Movimento, na Rua da Cidade do Porto, na Cooperativa Livraria António Sérgio, Avenida Mousinho de Albuquerque e na Electrovisão, rua de 5 de Outubro.

O General Spínola

empossado na quarta-feira nas funções de Chefe de Estado

Numa cerimónia extraordinariamente emotiva, realizada no Palácio de Queluz, tomou posse das funções de Presidente da República o General António de Spínola, perante altas figuras da vida pública portuguesa, encerrando assim uma fase do programa democratizador iniciado com o Movimento de 25 de Abril.

No acto de investidura, o sr. General Costa Gomes proferiu a alocação de emposse, na qual afirmou: «Os jovens do Movimento das Forças Armadas realizaram em 25 de Abril a mais digna Revolução da História Contemporânea».

Do discurso do senhor Presidente da República, destacamos:

«A Democracia é o Governo do Povo, pelo Povo e para o Povo, não podendo entender-se senão na mais inteira liberdade de expressão, associação, reunião, debate e votação das decisões colectivas, pela via de instituições legítimas, logo seguida da mais estrita observância das decisões assim tomadas».

«O Comércio da Póvoa associa-se ao entusiasmo e emoção popular que envolveu este acto tão significante para a História de Portugal actual».

COM O POVO na hora da grande verdade

(a explicação que é devida)

Quem nos tenha lido no decurso dos anos, sabe que sempre fomos defensores das vias democráticas, e que sempre apoiámos todos os grandes movimentos cívicos, que tiveram como ponto básico a procura das viabilidades constitucionais de acesso do Povo Português ao regime democrático.

Por isso, jubilosos que estamos com o Movimento das Forças Armadas e com o programa da Junta de Salvação Nacional, não podemos no entanto, com tal público aplauso, deixar de dar aos nossos leitores e concidadãos, uma explicação que lhes é devida e nasce da nossa própria consciência.

Fomos subscritores da Candidatura à Presidência da República, do Prof. Dr. Rui Luís Gomes, companheiros do Povo Português nos Movimentos de apoio ao Almirante Quintão Meireles, General Norton de Matos e General Humberto Delgado, já na ponta final dessa candidatura, visto que ao momento nos encontrávamos em Espanha. Quando surge Marcelo Caetano na sucessão de Salazar, com o seu discurso de Setembro, vimos nesse texto, a abertura aos caminhos da democratização, caminhos por vias constitu-

TEMOS que ser firmes, saber distinguir entre o trigo e o joio. A tarefa não será fácil, tanto mais que grande parte do joio se mascarou já de trigo e pode acontecer, até, que apregoe com mais veemência, qualidades e virtudes que nunca possuiu.

(República) V. D.

CHOVEM protestos, chovem reclamações. E quem se admira?! Sem dúvida quem não sentiu o gigantesco e duro fardo de quase meio século de opressão. Presentemente que a maioria esmagadora da gente portuguesa respira com alívio e sorri esperançosa no futuro, a tão desejada Liberdade de palavra viva e escrita que se lhe oferece, dá-lhe a possibilidade de se queixar, de reclamar, quanto ao que julga errado numa sociedade democrática e justa. Julgar-se-á que as coisas retorcidas ao longo de anos e anos se podem endireitar num súbito?! Evidentemente que não. Mas já é um conforto, já é

nota da semana

grande esperança, a ausência de grilhetas e de mordacha. Que os mal ajustados protestem, que peçam isto e aquilo a que se julguem com direito, mas na boa ordem que suscite simpatia e até o desejo de que os seus anseios se vejam satisfeitos numa realidade perfeita. Mas que um e todos, de mãos dadas e cravo de pacifismo e amor na lapela ou no coração, simplesmente, saibam esperar pacientemente o que está longe de se resolver num dia. Se tantos anos esperáramos por Justiça e Liberdade, saibamos agora esperar que o sol de cada um se complete na devida altura da caminhada que não pára.

por FERNANDO ALBERTO PIMENTEL

tuicionais, dentro da ordem, e do progresso e das liberdades que deviam ser neadas com plena responsabilidade.

Eram as proprostas desse discurso, os tópicos de base que nos tinham levado sempre a actuar juntamente com tantos outros camaradas na busca de uma solução para os legítimos anseios do nosso Povo. Nasce daí, dessa proposta de liberalização, o nosso apoio ao programa, vincando sempre, como pode

Continua na página 6

O POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO

O Comício realizado pela Comissão Concelhia do Movimento Democrático Português

Realizou-se no passado sábado no pavilhão gímnodesportivo do Clube Desportivo da Póvoa, um comício organizado pela Comissão Concelhia do Movimento Democrático Português, que reuniu mais de duas mil pessoas que acompanharam com entusiasmo, e vibrantemente, as palavras dos oradores, num admirável sentido de intervenção e apoio. Não podemos deixar de assinalar a presença colectiva de Averomar, que trouxe até ao

salão do comício muitas centenas de pessoas, numa manifestação inequívoca de não querer deixar entregue em mãos alheias as do Povo os destinos da comunidade.

Orientou a sessão João Fonseca que se encontrava ladeado por um representante do Movimento das Forças Armadas, pelos oradores interventores e por elementos da Comissão Democrática Poveira.

O primeiro orador foi Horácio Guimarães, em representação do Movimento Democrático Português, povo que se candidatou à Assembleia Nacional naquilo que podemos considerar a última manobra pseudo-legal do extinto regime fascista, e que foram as «eleições» paradedutadas. Proclamando a necessidade de união entre as forças democráticas, sublinhou a urgência de que se reveste o trabalho, consciencialização e politização iniciados, tarefa a que ninguém se pode eximir, para a plena realidade que é o Portugal novo que se deseja.

Manuel Ferreira Lopes, falou representando a Comissão Concelhia do MDP, e situando no contexto de todo um processo reivindicativo e de luta popular contra o regime opressor de cinquenta anos o vitorioso Movimento das Forças Armadas, afirmou: «o 25 de Abril foi obra de todo o Povo e não obra de acaso». E mais adiante:

«Os efeitos do fascismo atingiram tudo e todos! É necessário começar praticamente do zero. O fascismo ainda se faz sentir de

muitas maneiras. Elementos ligados ao anterior regime, continuam a deter o poder de decisão, nas Câmaras Municipais, nas Juntas de Freguesia, nas Associações e em outros postos chave da governança. O perigo de ressurgimento fascista continua latente. A comissão concelhia da Póvoa de Varzim, do Movimento Democrático, que desde sempre lutou por uma Póvoa livre e democrática, afirma mais uma vez o seu apoio ao Movimento das Forças Armadas nos objectivos comuns, e chama todos os habitantes do Concelho à tarefa de reconstrução de uma Póvoa mais livre e mais «nossa».

A tarefa de reconstrução subentende, como é natural, um conhecimento mínimo da realidade local. A Comissão Concelhia já apontou de forma esquemática, os mais importantes problemas que afligem o povo da Póvoa no comício organizado durante as eleições fascistas de Outubro de 1973.

— A Póvoa é uma terra «essencialmente turística». Mas a quem serve o turismo poveiro?

Continua na página 6

O COMERCIO DA PÓVOA DE VARZIM

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: MANUEL AGÓNIA FRASCO

JORNAL REPUBLICANO E DEFENSOR DOS INTERESSES LOCAIS

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO e OFICINAS: R. DE JOÃO DIAS, 6-TEL. 62331 PÓVOA DE VARZIM

DIRECTOR ADJUNTO: MANUEL F. FARIA FRASCO

Afonso Costa morreu há 37 anos exilado em Paris

Longe da Pátria que tanto estremeira e pela qual também recebeu muitos desgostos, morreu em Paris — fez 37 anos no passado sábado — o dr. Afonso Augusto da Costa que foi um dos maiores estadistas que Portugal teve em todos os tempos.

Figura ímpar do regime republicano, adversário implacável da monarquia que combatia quer nos comícios, quer no Parlamento, o dr. Afonso Costa foi chefe do maior Partido — o Partido Republicano Português — Presidente do Ministério, e Ministro da Justiça e das Finanças, a ele se tendo ficado a dever a extinção do anacrónico deficit que vinha dos tempos da monarquia e que afectava grandemente a vida financeira do País. Em três anos — os primeiros da República — conseguiu através dum esforço e dum tenacidade inaudita, equilibrar o orçamento da Nação fazendo-a entrar em novos caminhos».

Professor de Direito dos mais talentosos que têm passado pelas nossas Universidades, o dr. Afonso Costa cujo prestígio internacional era admirado pelos maiores estadistas da Europa, foi eleito por unanimidade Presidente da Sociedade das Nações terminada que foi a guerra de 1914 a 18 e em que Portugal interveio.

EMPOSSADO NA 5.ª-FEIRA O NOVO Governo Provisório da República

O novo Governo Provisório de que é Primeiro Ministro o Prof. Dr. Adelino da Palma Carlos é assim composto:

Ministros sem pasta — *Alvaro Cunhal, Francisco Pereira de Moura e Francisco Sá Carneiro*;
Ministro da Defesa Nacional — *Ten. coronel Mário Firmino Miguel*
Ministro da Coordenação Interterritorial — *António de Almeida Santos*
Ministro da Administração Interna — *Joaquim Jorge Magalhães Mota*
Ministro da Justiça — *Francisco Salgado Zenha*
Ministro da Coordenação Económica — *Vasco Vieira de Almeida*
Ministro dos Negócios Estrangeiros — *Mário Soares*
Ministro do Equipamento Social e Ambiente — *Manuel Rocha*
Ministro da Educação e Cultura — *Eduardo Correia*
Ministro do Trabalho — *Avellino António Pacheco Gonçalves*
Ministro dos Assuntos Sociais — *Mário Marteira*
Ministro da Comunicação Social — *Raul Rego*

Com os olhos postos na Pátria que vai enveredar por novos caminhos, que nos trarão a Paz e a Felicidade, saudamos os componentes do novo Governo.

hora nova

por MABIA CESARINY GALAFATE

Sabendo quanto se vai esmiuçar esta incontida euforia que percorre o país, e tendo por hábito ceder a palavra a outros, por gosto de ouvir, pois se aprende sempre, e por gosto de calar no íntimo tristezas e alegrias — quase nem me atrevo a escrever.

Mas a razão maior é o choque psicológico de que não é fácil a gente refazer-se rapidamente. São

emoções demasiado fortes a que já não estávamos habituados. Somos convalescentes de uma longa doença. As emoções têm de ser doseadas. Lentas, para que nos vamos aliviando com jeito do mal que nos assiliava. Ainda sem querer olharmos recesso para os lados, se queremos emitir qualquer opinião que não vem nos jornais. Ainda apalparamos o espírito dolorido, para termos a certeza de que estamos a sarar.

Há dias, vi um documentário sobre recuperação de material de sucata: vidros, folhetas, que, depois de tratados, se transformam em óptimo material de construção.

O país está cheio de material humano para recuperação. Uns, os deprimidos que, sem outras oportunidades além da de se conduzirem honestamente de acordo com as suas ideologias, em muitas ocasiões teriam succumbido ao desespero, se não os amparasse a crença cristã da reversibilidade — o sofrimento obscuro, ao lado dos grandes sacrificados e dos heróicos militantes, contribuindo para levantar este grandioso momento que estamos a viver.

Ou os que, acomodados no hábito de outros pensarem por eles, ou de fazerem os seus pequenos reparos a nível de conversa de café — homens e mulheres — se sentem agora apavorados ante a perspectiva de se lhes exigir participação, opção nos problemas colectivos. E protestam baixinho, de

Continua na página 6

HÁ que ter o maior cuidado com inúmeras figuras dominantes de múltiplos sectores da situação anterior, que estão a ser tratados com honras e considerações que não merecem, ao mesmo tempo que se vão, perigosamente, infiltrando em lugares de maior responsabilidade.

(Janeiro) MÁRIO SOARES

Plenário Democrático

A Comissão Concelhia do Movimento Democrático Português promove hoje, sábado, às 21,30 horas, no Salão Nobre do Clube Naval Povoense, um Plenário que se destina a analisar a situação política actual a nível concelhio e a definir a acção das forças democráticas na sua unitária luta anti fascista. Dada a importância deste Plenário é de esperar elevado número de presenças.

General António de Spínola Presidente da República

Visitou oficialmente o Porto, na quarta feira, o sr. Presidente da República, General António de Spínola, que desde o aeroporto de Pedras Rubras até ao Porto, foi delirantemente aclamado. No Por-



to, duma das varandas do edificio da Câmara falou à multidão que se apinhava em toda a extensão da Avenida dos Aliados, apelando para a consciência do Povo Português «com a garantia de que as Forças Armadas não deixarão trair a pureza dos princípios democráticos que inspiraram o movimento de 25 de Abril; e se alguma vez forem obrigadas a responder à violência com a força fá-lo-ão, sem hesitações, agora com a reforçada e legitimidade de quem age em defesa da autêntica liberdade do Povo Português».

INTERESSES POVEIROS (2)

Há tanto que dizer, que fazer e que escrever, que o tempo se torna escasso para as tarefas de todos os dias.

Deixadas, duas semanas de intervalo, porque os outros também têm direito ao espaço do jornal, eis-me de novo com o mesmo título, mas a querer ir um pouco mais longe do que ele indica.

Passada a euforia dos primeiros dias da nova era em que estamos, mas ainda dentro da imagem do pobre a quem saiu a sorte grande, há que começar a tomar consciência da tarefa a todos se impõe — a todos, sem excepção, pois que o futuro do nosso País será aquilo que efectivamente fizermos, tanto em função da nossa actividade pessoal, como também em relação aquilo que estivermos dispostos a fazer pelos outros.

Julgo que, neste momento, somos responsáveis por nós e pelos outros, se queremos realmente ser dignos das liberdades que finalmente estão ao nosso alcance.

A tarefa que se impõe não pode ser obra de meia dúzia, hoje todos temos ser activos e de dar o contributo da nossa cota-parte de esforço (e até talvez sacrificio), de forma a ajudarmos, com a palavra e com a presença, de modo a darmos alguma coisa de nós mesmos, pois que deixei de haver quem pense e resolva por nós.

Quem não queria isso, tem nesta altura que demonstrar que pensava realmente o contrário.

É que agora já não há quem nos vá levar a casa os votos que haviam de ser

Dr. Armando Bacelar

Foi nomeado Subsecretário de Estado da Administração Judiciária, o nosso prezado amigo e ilustre advogado sr. Dr. Armando Bacelar, que durante muitas vezes sofreu as garras da ditadura pela sua inequívoca fé nos destinos da Democracia pela qual muito lutou.

Não esqueceremos que o Dr. Armando Bacelar dirigiu a primeira Página de Cultura d'«O Comércio da Póvoa» há um bom par de anos, até que a censura a fez acabar de vez tantos os cortes que nela eram feitos, impedindo a sua continuidade.

O COMERCIO DA PÓVOA DE VARZIM

JORNAL REPUBLICANO E DEFENSOR DOS INTERESSES LOCAIS

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: MANUEL AGÓNIA FRASCO

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFFICINAS: R. DE JOÃO DIAS, 6-TEL. 62357 PÓVOA DE VARZIM

DIRECTOR ADJUNTO: MANUEL F. FARIA FRASCO

PARA QUE A PÓVOA NÃO ESQUEÇA

por JOÃO APPLETON

Passado o primeiro mês sobre o 25 de Abril, quantas coisas modificadas, quanto trabalho realizado! O Povo sente, pela primeira vez desde há 48 anos que, finalmente, tem alguém que se preocupa com o seu bem estar, que está perto o dia em que será dirigido por si próprio, através dos seus representantes, livre e democraticamente eleitos.

A posse do novo Presidente da República (mas havia algum?) e a nomeação do Governo Provisório, foram actos de transcendente importância para a vida nacional, mas logo o início das negociações para a Paz com a República de Gulnê-Bassau, primeiro passo para a desejada e necessária solução do problema colonial, tomou lugar de destaque na vida portuguesa.

Estes primeiros tempos de democracia têm sido marcados por um grande número de reuniões, comícios e manifestações que conduzem ao imprescindível esclareci-

mento público de um povo que, afinal, até não estava tão despolitizado como se pretendia. A participação maciça do povo nestas reuniões diz bem do seu interesse e de como estava ávido do conhecimento que lhe era negado.

Outro facto importante tem sido a proliferação de greves, cuja den-

sidade atingiu proporções que muitos consideram alarmantes. O direito à greve, direito inalienável de todos os trabalhadores, surge como consequência de falharem todos os processos de possível entendimento entre patrões e trabalhadores e nunca deve ser o primeiro passo para impor determinadas reivindicações. Estas, devem ser cuidadosamente ponderadas, pois que entre o desejável e o possível vai por vezes uma certa distância que não pode transpor-se de um só salto. Mas, apesar de algumas atitudes irreflectidas os acordos fazem-se com satisfação para ambas as partes. O trabalho recomeça, esse trabalho que tão necessário é para dar a Portugal a prosperidade que se deseja.

Continua na página 4

nota da redacção

Parece-nos que certas pessoas, muito «democráticas» andam já cansadas da liberdade que só há um escasso mês é nossa. E do alto do seu poleiro feito de comodidade verberam atitudes, criticam o que eles chamam «exagero de acção», recomendam «comedimento nas reivindicações», sugerem vagares e pausas na marcha que o povo agora iniciou para a conquista total da sua dignidade. Ora é engraçado que esses «democratas» tenham conseguido viver quarenta e oito anos sem uma palavra de repulsa do regime fascista, sem que alguma vez tenham gritado o seu horror pelas atrocidades da policia politica, sem nunca terem exprimido a sua náusea por todo esse monte de manifestações de entusiasmo popular forçadas e conseguidas a todos os custos por cabeça. Os que agora clamam contra a urgência de se cimentar sólidamente os passos dados em frente nunca, nem em murmúrio, criticaram o regime que situou Portugal no rubo da Europa, pelo seu atraso social e económico. E nem sequer querem reconhecer que os excessos verificados, tão poucos, afinal, depois de meio século de opressão, provêm de grupos provocadores e extremistas, desligados dos verdadeiros interesses da maioria trabalhadora. A constatação de tudo isto dá-nos que pensar!...



A Avenida dos Banhos será, dentro em pouco, o lugar da Póvoa mais desejado para um passeio descontrolado nos dias de Verão que se avizinham.

Tornar-se-ia necessário que se criassem as melhores condições possíveis para que nada afectasse o prazer de tais momentos ao longo da Avenida. Mas se as coisas continuarem como estão, há a certeza de não se conseguirem esses objectivos, uma vez que se pode ficar com uma noção bem clara do que é falta de limpeza e um possível desleixo.

Vejamos: Em primeiro lugar é o próprio pavimento do passeio que precisa ser revisto; depois são as bancadas de cimento quebradas aqui e ali; por fim é a pintura do gradeamento das mesmas bancadas, que bem necessita ser renovada; além de um ar alegre que concederia à Aveni-



Continua na página 4

Póvoa Cidade

por M. FIGUEIREDO

da, eliminar a evidência de desleixo e poraria patenteadas. O investimento é pequeno e o benefício será, sem dúvida, grande.

Mãos à obra, que se faz tarde.

Uma avenida rasgada pode significar progresso, e esse seria o sinal dado pelo traçado da Avenida Santos Graça, se exceptuarmos a sua praça, na desembocadura oeste: uma interminável paralização de trabalhos numa importante zona urbanística, a denotar, pelo menos, a lentidão de processos ou de acções.

A aridez escancarada ao local necessita ser corrigida com urgência. Existindo certamente um plano de urbanização para a área, deve estar prevista a implantação duma placa central para aquela praça. Que ao menos se faça sem demora essa placa, ainda que singularmente constituída por relvado a colocação

Continua na página 4

DISSEMOS aqui após a eclosão do movimento de 25 de Abril que o Governo Provisório, a ser nomeado, teria de enfrentar muitos e sérios problemas. E está a enfrentá-los. Primeiro que tudo a questão do Ultramar. Depois a crise económica que é grave sendo necessário encará-la com serenidade e firmeza. Depois é ainda a questão social. E muitos, muitos mais casos tem o Governo a resolver. Foi longa a noite negra de 48 anos. Viveu-se todo esse tempo enganado. Organizavam-se «manifestações espontâneas» pagas a rios de dinheiro. Endeusavam-se indivíduos por tudo e por nada. Eram dados nomes a pontes, a ruas, a vilas e a cidades. A herança legada à Democracia com o arranque das Forças Armadas nessa data já memorável de 25 de Abril, era grave, muito grave. Vinha de longe.

nota da semana

Só a Pide e a Censura conseguiram que a situação se mantivesse no caos em que se vivia. O desfecho teria que dar-se, mais tarde ou mais cedo. As forças Armadas conjuntamente com o Povo heroico e humilde, trouxeram a Portugal a Liberdade há tanto ansiada. Mas há que reconhecer que o momento que atravessamos é ainda muito grave. Auxiliemos o Governo Provisório e nele os seus ministros a levarem a bom termo aquilo que se deseja e pretende. Mas é bom que pensemos que nem tudo pode ser resolvido com a pressa que se deseja. Há que dar tempo ao tempo. O inimigo espertinha e procura infiltrar-se no nosso meio para conseguir os seus fins. Precisamos ter o máximo cuidado e usar, se possível for, de grandes energias para o debelar. Tem de ser esse o nosso trabalho.

os sinos do destino

por CARLOS DE RIOBOM

Homenageamos já os vivos, os exilados — quantos se sacrificaram, deram a vida em favor da Democracia. Passaram pelas masmorras da Pide, onde foram torturados.

Penso pois, que chegou também a hora de nos inclinarmos perante a memória dos 10.000 mortos, 30.000 mutilados — vítimas destes treze longos anos de guerra colonial. Diante de aqueles que regressaram loucos, nas garras das mais variadas doenças. De ajoelharmos face a 10.000 cruces brancas, braços paralelos ao céu — derreadas sob um sol tropical, aninhadas por entre o capim. Pisadas durante a noite, por hienas e chacais. Quantos tombaram, não regressam jamais — não a defender uma Pátria, mas os bens de meia dúzia de potentosas empresas.

Temos autoridade moral para traçar estas linhas, porquanto temos lá dois filhos.

Decorridos poucos dias após o 25 de Abril, segundo os jornais de Madrid, uma gigantesca companhia americana tem já os olhos postos

Continua na página 4

General Orlando Barbosa

Foi nomeado chefe do Estado Maior das Forças Armadas de Moçambique, o nosso ilustre conterrâneo sr. General Orlando Barbosa, cuja posse lhe foi dada pelo Ministro sr. Dr. Almeida Santos, quando da sua viagem àquela província.

Duqui da sua Póvoa, saudamos o prestigioso General do Exército a quem desejamos as maiores felicidades no desempenho do cargo que lhe confiou o Governo Provisório da República.

O COMERCIO DA PÓVOA DE VARZIM

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: MANUEL AGONIA FRASCO

JORNAL REPUBLICANO E DEFENSOR DOS INTERESSES LOCAIS

REDACCAO, ADMINISTRACAO E OFICINAS: R. DE JOAO DIAS, 6 - TEL. 42351 PÓVOA DE VARZIM

DIRECTOR ADJUNTO: MANUEL F. FARIA FRASCO

BENTO DE JESUS CARAÇA

por ORLANDO MORREY RODRIGUES

O Prof. Bento de Jesus Caraça, talvez e infelizmente mal conhecido das mais modernas gerações, foi um grande professor, um extraordinário educador e um defensor dos oprimidos. Português de impecável conduta, foram essas suas singulares virtudes que lhe mereceram a mais abominável das perseguições por parte das autoridades fascistas. Aquele insuficiente conhecimento da sua vinculada personalidade por parte das novas gerações parece dever atribuir-se essencialmente a três factores: o torpe egoísmo de alguns professores de baixo nível que, em defesa da sua insuficiente capacidade, não se pouparam a esforços para ocultar a obra fecunda daquele Homem exemplar, com receio de oportunas comparações que lhes seriam francamente desfavoráveis; o medo com que, antes de 25 de Abril, se pronunciava o seu nome; finalmente o ter falecido há 26 anos. É, no entanto, consolador verificar, em contraste, que o seu nome se manteve mais vivo junto das classes trabalhadoras mais esclarecidas.

Dotado de invulgar capacidade de transmissão de conhecimentos, o exercício da sua função docente processa-se como que tendo constantemente em mente o menos preparado dos seus discípulos, aquele para quem as eventuais dificuldades da Matemática se desvanecem ante a extraordinária clareza da exposição do Mestre. Bento Caraça tem, como em todos os múltiplos aspectos da sua actividade, soberanamente em mente o mais simples dos seres humanos a

PAREDES E MUROS — essas vítimas...

Por si adiante e adiante vamos paredes de granito, caídas ou pintadas, assim como muros de escolas parques ou quintas, se servirem de cartaz onde se ventissem ideias em toscos caracteres, grandes e garriolos. Qualquer que fosse o nosso ideal político, jamais poderíamos concordar com o que se nos afigura falta de civismo.

Pobres paredes de edifícios de aqui e além! — pobres muros de onde em onde! — com uma propaganda que, ainda que de doutrina sã e edificante, se deteriora no modo grotesco e na inequidade com que se apresenta aos olhos do público. Pode vencer até certo ponto, aqueles que se lhe opõem, mas jamais pode convencer num método que por si fala de desordem.

Não desejamos uma «casa» desordenada. Queremo-la bem limpa, em boa ordem, onde todos possam dispor com educação, convívio, conhecimentos de causa, todos num

Péssimo costume

É velho e velho o costume de se verem lançadas nas nossas ruas cascas de fruta, esquecendo-se as pessoas que assim procedem que há na Póvoa disseminados por toda a parte, recipientes para a recolha de coisas inúteis.

E não se lembram essas pessoas que podem ser vítimas da sua imprevidência, podendo com uma simples escorregadelas ficarem aleijadas para toda a vida...

Remodelação total do Governo Provisório

Nos primeiros dias desta semana pediu a demissão de primeiro ministro do Governo Provisório o prof. dr. Adelino Palma Carlos. Solidarizam-se com a atitude tomada, os ministros Sá Carneiro, Magalhães Mota e Vasco Vieira de Almeida.

O Presidente da República aceitou o pedido do Prof. Palma Carlos, sendo também exonerados dos seus cargos todos os ministros não demissionários.

Os nomes que constituíram o novo Governo Provisório de coligação, deverão ser tornados público hoje.

O que a Censura nos cortou JOSÉ AFONSO

explica a sua recusa ao espectáculo anunciado

Provocou comentários, os mais diversos, a ausência de José Afonso num programa anunciado para o último sábado, comentários que nem sempre primaram pelo siso. Com o pedido de publicação recebemos do conhecido artista o esclarecimento que se segue:

No passado dia 20 deveria realizar-se no Casino da Póvoa de Varzim com a organização do «Clube Desportivo da Póvoa» um espectáculo para o qual eu me tinha comprometido por contactos telefónicos e por telegramas trocados entre mim e um dos elementos responsáveis pela organização que não cheguei a conhecer pessoalmente.

Foi minha constante preocupação desde os primeiros contactos, que fosse dado ao espectáculo um carácter vincadamente popular.

Já na Póvoa de Varzim tomei directo conhecimento pela leitura dos convites «pessoais e intransmissíveis» do tipo de espectáculo que se pretendia fazer: Assistência seleccionada, isto é, burguesa, de acordo com um critério de preferências, que exclui terminantemente, as camadas populares.

De acordo com os princípios que têm orientado a minha actividade resolvi, já na Póvoa de Varzim, recusar a minha projectada colaboração.

Continuo disposto a participar em espectáculos populares tanto na Póvoa de Varzim como em qualquer outra parte.

As pessoas que foram de boa fé ao Casino apresento as minhas desculpas.

P.S. É inteiramente falsa a confirmação feita por um pretenso telefonema que eu teria feito às 17,30 horas, pois a essa hora viajava de automóvel para a Póvoa de Varzim.

José Afonso

Cortado pela Censura do Porto, em 25 de Janeiro de 1973.

FINALMENTE o Ministro da Administração Interna homologou a lista de democratas que vão gerir os destinos da nossa Terra — lista que lhe foi apresentada pela Comissão Concelhia do Movimento Democrático Português — dispostos a trabalhar no sentido de resolverem com calma e ponderação os problemas mais prementes que a Póvoa tem. Evidentemente que a Comissão Administrativa agora homologada estará em acção até ao momento em que os povetes sejam chamados a escolher, por meio de eleições municipais, as pessoas que, por mais tempo, sejam eleitas para ocuparem aqueles cargos. Sim, porque só os habitantes de cada terra podem saber e con-

nota da semana

nhecer as pessoas mais válidas capazes de enfrentarem os seus problemas. Até aqui as vereações e o seu Presidente eram escolhidos pelo Conselho Municipal e Juntas de Freguesias, nomeados — não eleitos — pelo Governador civil de cada distrito depois de sancionadas pelo Ministro do Interior. Foram, igualmente, homologadas algumas Juntas das nossas freguesias cujos nomes foram propostos, igualmente, pelo Movimento Democrático Português. Esperamos que a posse seja concedida no mais curto espaço de tempo para que a Comissão Administrativa da Câmara possa trabalhar no sentido de trazer à Póvoa uma área de progresso de que tanto carece.

S. MIGUEL, A ILHA VERDE LAGOA DO FOGO

a que foi "gerada" após a conjugação de duas ilhas

No maciço oriental e terço médio da ilha de S. Miguel, situa-se a Lagoa do Fogo, que ocupa uma cratera vulcânica cuja ejaculação contribuiu — graças à gigantesca acumulação de matéria ignea expelidas, juntamente com as resultantes de acções idênticas verificadas aquando da formação da Cratera das Sete Cidades — para a reunião de duas primitivas ilhas vizinhas numa só, originando entre elas um ameníssimo vale de ligação, cuja estrutura geológica é bem mais recente do que a dos terrenos de uma e outra das extremidades da actual ilha de S. Miguel e que são, sem dúvida, de formação muito mais antiga, do que a desse elo de ligação.

Prospecções geológicas recentes, reforçam a opinião do geólogo Fouqué, segundo o qual, a actual ilha de S. Miguel resultou da conjugação de duas ilhas menores, e que a Lagoa do Fogo e a das Sete Cidades — co-trinãs — se formaram após essa união, servindo o espaço vago, pelo transvasamento da massa lávica, de continente às águas das chuvas repressadas, e às das nascentes termais de géiseres e de caldeiras de água fervente, que ali mantém um estado de vulcanismo semi-latente.

Após deixarmos o Pico do Ferro, óptimo miradouro da Lagoa das Furnas, descemos à povoação que deu o nome à lagoa e passamos junto ao edifício público, onde pela primeira vez votei (?). — decorria o ano de 1942 — depois de arrebanhado com mais uns trinta oficiais do exército, sob o olhar atento do comandante do regimento e de alguns suspeitos acólitos, numa altura em que o nazismo e o fascismo dominava a Europa e a Inglaterra resistia, sozinha, num esforço ingente, na defesa da democracia e da liberdade dos povos. A nós, liberais,

ANTONIO JOAQUIM um artista invulgar

Visitamos no dia da inauguração, no Casino da Póvoa de Varzim, a exposição do conhecido pintor português António Joaquim. Presentes numerosos amigos e grande número de visitantes, que assim demonstraram o seu interesse por admirar os mais recentes trabalhos do Mestre.

Flores, retratos, paisagens, em tudo se revela o primor do artista, não sendo possível afirmar o género em que é mais excelente. Se as flores nimbadas duma suavidade e frescura incedíveis nos deslumbram com a beleza da forma e cor, as paisagens em que o Porto é presença constante, denotam vigor de traço, poesia e sabor local. Nos retratos, verifica-se igualmente o talento de António Joaquim, um artista que não hesita em dedicar-se a três géneros de pintura, que exigem hábeis recursos.

Ao trocarmos breves impressões com o artista, subimos da sua breve deslocação ao Rio de Janeiro, a cidade maravilhosa. Certamente que o encanto dos trópicos não deixará de impressionar o pintor. Aguardemos pois o seu próximo certame, que deve revestir-se do maior interesse.

Dora Correia da Silva

O IMPOSTO sobre a terra improdutiva

por FERNANDO ALBERTO PINTEL

O Governo Provisório tem vindo em ritmo acelerado a legislar alguns diplomas importantes, de modo a actuar em sectores de importância vital na vida do País, incluindo o sector económico, onde todas as possíveis reacções de sinal contrário ao processo democrático iniciado em 25 de Abril, podem comprometer esse mesmo processo.

No sector da economia agrícola cujo desequilíbrio vem afectando a economia nacional pela improdutividade e carência de mão de obra, pois dele saíram largos milhares de trabalhadores que escolheram

por Dr. Fernando Ramôa

restava-nos segundo os dizeres altamente apregoados pelos subversivos salazaristas, a execução sumária. Logo que as forças do «eixo» saíssem vencedoras e os «guilhermes» portugueses recebessem ordens para tal expurgação.

Recordo agora, 32 anos depois, a surpresa que tive nessa altura ao veri-

Continua na página 4

Marcha...

Pois não, Amigo, não; isto não são canções para sonhar cautando, embalando ilusões a sós comigo...

Perdi a voz, já não canto, nem cultivo ilusões como plantas de sombra. Estou só, de olhos abertos e sentidos despertos, no meu canto, a ver a vida que, sem dó, escombra os velhos paredões de Jericó...

Isto que ali vai não é uma canção, não é nada; são notas postas a monte, são coisas que eu assobio na marcha forçada em que a gente vai — pela mesma razão porque era assobiada aquela «Marcha da Ponte do Rio Kway»...

65. Outubro, 7

ALFREDO REGUENGO

Prof. Dr. Alberto Pimentel

Passa na segunda feira o 24.º aniversário do falecimento do Prof. Dr. Alberto Pimentel, que no regime de Salazar foi afastado da Escola do Magistério Primário de Benfica. Deixou trabalhos pedagógicos de grande valor considerados modelares como obra básica na literatura da especialidade nossa contemporânea.

O Prof. Dr. Alberto Pimentel que se inscreveu no Partido Republicano Português, após a implantação da ditadura, conservou até ao fim dos seus dias inquebrantável fé Democrática, a qual foi causa da sua expulsão das cátedras em que sempre defendeu uma escola livre e aberta a todos.

O Prof. Dr. Alberto Pimentel era pai do nosso prezado colaborador e amigo Fernando Alberto Pimentel, a quem abraçamos.

O IMPOSTO sobre a terra improdutiva

por FERNANDO ALBERTO PINTEL

o caminho da emigração, vão-se processando medidas cujo resultado pode constituir um primeiro passo para restabelecer a situação que tão incisivamente tem vindo a comprometer o nosso desenvolvimento económico, sempre remediado e atamancado e nunca encarrado com aquela firmeza que era devida.

Uma política de compromisso com o capital latifundiário sempre obteve que se fosse ao âmago do problema, obrigando o grande la-

Continua na página 2

O COMERCIO DA POVOA DE VARZIM

DIRECTOR E PROPRIETARIO
MANUEL AGONIA FRASCO

JORNAL REPUBLICANO E DEFENSOR DOS INTERESSES LOCAIS

DIRECTOR ADJUNTO
MANUEL F. FARIA FRASCO

REDACCAO, ADMINISTRACAO E OFFICINAS: R. DE JOAO DIAS, 4-TEL. 62351 POVOA DE VARZIM

O EXEMPLO DE 1910

Desde o seu início, que o fascismo português — copiando, aliás, como sempre copiaram, do seu mestre Mussolini e do colega Hitler — colocou à frente de todos os serviços, não pessoas de reconhecida competência, mas pessoas de comprovada confiança.

O que era indispensável, era policia, não era dirigir...

Assim, ocupados por «puros-sangues», foram preenchidos todos os lugares-chaves, ou também denominados lugares de confiança.

E — desnecessário é dizê-lo — num governo onde se viveu sempre à base da boçalção e da denúncia, só seria susceptível de assumir um desses postos uma pessoa cuja fidelidade, comprovada pela joia implacável da Fide, fosse de primeira água...

Sem dúvida que eu não estou a torcer um raciocínio. Isto era assim, inquestionavelmente. E podia, até, citar dezenas de exemplos concretos.

Era pela confiança e não pela competência que se escolhiam os dirigentes de todos os sectores de estrutura fascista.

Não admira que, assim sendo e assim se sabendo, se peça desde 25 de Abril e se continue, infelizmente, hoje, a barafustar e a insistir para que tais pessoas de confiança do regime bandido, sejam retiradas dos lugares onde eram substancialmente, garantes da situação, em vez de serem, pura e simplesmente, os dirigentes, plenos de competência, que tais lugares exigiam.

Aliás, os próprios afitados do fascismo, deviam supor que o seu regabofe acabava, precisamente, no dia em que o «monstro» morresse.

E afigura-se-me, até, que — se odiavam, como sempre afirmaram aos sete ventos, a democracia, o socialismo e, acima de tudo, logo

O NOSSO COMENTARIO

Lemos num jornal diário a transcrição de um extracto da última carta pastoral do Bispo de Portugal em que, entre outras coisas, se diz que nos últimos cinquenta anos as relações entre a Igreja e o Estado decorreram em quase todo o período, num clima de entendimento, sem prejuizo da clara distinção das respectivas competências, em termos que é de desejar continuem.

Ora isto deu-nos que pensar. Por dois motivos. Em primeiro lugar, os últimos cinquenta anos, em Portugal, foram vividos no mais perfeito regime de opressão, de aviltamento humano, de injustiça social, de degradação moral

Rua de João Dias

Até aqui era estabelecido apenas o trânsito num sentido para veículos nesta artéria. Depois foi condicionado que fosse feito nos dois sentidos. Muito certo. Mas para que tudo corresse com normalidade foi proibido o estacionamento a veículos, quer dum quer doutro lado. E é isto que se não vê. Os veículos continuam estacionados a dificultar por vezes, como temos visto, o trânsito de camiões e camionetes.

Para o facto chamamos a atenção da nossa policia.

Continua na página 4

por ALFREDO REGUENO

à beirinha do diabo, o comunismo — se não podem sentir bem a trabalhar com tal cambada daninha e lhes deve queimar as mãos serfáticas o dinheiro maldito que lhes pagariam...

Eu acho que isto é uma questão de dignidade das pessoas — que ou se tem, ou se não tem... E que era escusado andar a gente para aqui, há dois meses e tal, a dizer-lhes que se fossem embora. Eles — se tinham a tal dignidade (mas, sejam francos, também ninguém lhe exigiu, quando foram empousados nos seus lugares de mando...) vlam que, agora que os seus autos tinham sido corridos, estavam ali a mais e iam-se embora, para o sítio donde tinham vindo. E tudo acabaria assim; pois, certo de que, em face de uma atitude digna, ninguém lhes iria, até, pedir contas de atropelos, de prepotências, de pequenas vilanias de tiranetes provincianos...

A gente costuma sempre ter respeito pelo adversário que sabe

Continua na página 4

O que a Censura nos cortou...

A Póvoa recebe amanhã a visita do senhor PRESIDENTE DO CONSELHO

Para uma estadia de breves horas, a Póvoa receberá amanhã o sr. Presidente do Conselho, numa visita de carácter particular.

A chegada do sr. Dr. Marcello Caetano deve efectuar-se cerca das 17 horas, ao Grande Hotel, estando previsto um passeio ao longo da marginal até Averomar, visitas à Estalagem de Santo André, em acabamento, campos marceiras de Aguçadoura e monte de S. Felix, em Lafões, depois de e em primeiro lugar, o sr. Presidente do Conselho ter apreciado as obras do porto de pesca da nossa Terra.

As autoridades poveiras terão oportunidade de apresentar cumprimentos depois do jantar, após o que o sr. Dr. Marcello Caetano regressará ao Porto.

Cortado pela Censura, do Porto em 31-5-1974

Vicente de Carvalho o cantor das Praias Morenas de São Paulo

por DORA CORREIA DA SILVA

Conhecido pelo «poeta do mar», Vicente de Carvalho immortalizou em versos inagráveis a fascinante beleza do litoral paulista, que assim sintetizou:

Essa estranha região nunca vista, há-de vê-la,
Onde numa bizarra exuberância, a flora
Rebenta pelo chão pérolas cor de estrela
E conchas cor de aurora.

Podemos afirmar como conhecedoras da região, que não há qual-

quer exagero por parte do poeta, ao falar assim da Berlenga, Guarujá, Itanhaém, Indaiá e outras lindíssimas praias de São Paulo. Nascido em Santos, terra da liberdade, por essa altura, o poeta assistiu desde criança a dramáticas cenas de escravatura, que já homem, iria combater com todas as forças do seu coração ardente e generoso.

É curioso notar, que seu pai, Higinio José Botelho de Carvalho, de origem portuguesa era aparentado com os Botelhos a que pertenceu Camilo Castelo Branco.

Formado em Direito pela Faculdade de São Paulo, jornalista brilhante, sempre em favor dos indefesos, jurista de mérito, político, secretário do Interior, dotado duma vastíssima cultura, Vicente de Car-

Continua na página 2

nós também desejamos o entendimento

sem paralelo na história do Povo português. Os direitos fundamentais do cidadão e, entre todos, o uso da elemental liberdade de opinião e sua expressão, eram constantemente calcados pelo poder despótico, reprimidas pela força todas as tentativas de oposição ao Regime, força que não exitava na destruição física do Homem, se tanto fosse necessário.

Depois disto, e este é o segundo motivo, também não entendemos o que possa considerar-se como clara distinção das respectivas competências.

Não compreendemos que seja direito do Estado exilar, compulsivamente, o bispo do Porto, reprimir com represálias a publicação

Continua na página 4

Precoce desvio à "Direita" (felizmente) gorado e denunciado

Aos meus estimados leitores, estava capaz de sugerir, caso o não tivessem feito, a leitura da bem articulada análise feita no jornal «República» de sexta-feira, dia 12, sob o título «Operação Palma Carlos».

Nessa crónica se faz o diagnóstico da extemporânea crise ministerial que inserindo-se, segundo voz corrente, no processo democrático em curso no nosso País após o 25 de Abril, não deixou de alarmar quantos confiavam na possível permanência do Governo Provisório até às próximas eleições, e na capacidade desse mesmo Governo de levar a bom termo as medidas económicas e políticas estabelecidas no programa das Forças Armadas — Movimento das Forças Armadas.

O leitor ficará elucidado pela leitura da crónica indicada, mas nós gostaríamos de acrescentar que é muito possível que o propósito que levou o Prof. Palma Carlos e outros dos seus ministros à atitude tomada, fosse o tentar oscular a capacidade de reacção política do Presidente da República, do Conselho de Estado e do Movimento das Forças Armadas perante uma tentativa clara de criar uma força política autoritária, um desvio à direita que poderia comprometer o exito ao programa das Forças Armadas no caminho da democratização proposta por esse mesmo programa ao País.

O modo como os órgãos visados, aos quais temos de acrescentar a U. S. N., reagiram, foram a maturidade política, a decisão firme, o espirito de não intimidação, e são a garantia de que o programa será levado a bom termo, e certamente que permitirá aos oportunistas das direitas, sejam eles quais forem, meditare e tirarem conclusões de que não será fácil, levar, como soi dizer-se, «à parede» os homens que deram ao País o 25 de Abril, que um comentador dizia com propriedade que de facto provieram agora. E esse desvio à direita não é difícil de admitir-se, na medida em que Palma Carlos aparece entre os que se inscrevem ao momento no novo partido Social-Democrata, força de centro direita de estilo europeu a procu-

por FERNANDO ALBERTO PIMENTEL

rar sem qualquer espécie de dúvidas, evitar o contacto entre o Partido Socialista e o Partido Comunista que são, sem sombra de dúvida, os mais sólidos elementos da coligação na medida em que se não reservam — e assim se deverão reservar — se integram plenamente no Programa das Forças Armadas e estão dispostos a, de acordo com esse mesmo plano, levarem a bom termo todo o processo democratizante que urge processar a todos os níveis para o reencontro deste País com ele próprio e as legítimas aspirações do Povo Português.

O jogo político em que agora nos empenhamos, reserva destas surpresas, sendo igualmente a prova a capacidade e decisão daqueles a quem cabe levar a cabo a missão histórica de concluir a revolução. Certamente que ninguém duvidaria que se procurasse um desvio à direita mais cedo ou mais tarde, agora o que é legítimo pensar é que não passava pela cabeça de ninguém que se tentasse esse golpe tão cedo. No entanto,

Continua na página 2

Postais ilustrados DE LISBOA

Um querido amigo nosso, acidentalmente a passar uns dias na capital, com pessoas de familia, entios-nos dali um curioso postal ilustrado com uma panorâmica da cidade. Até aqui nada tem o caso de extraordinário. Para nós o que conta é ver-se no centro do próprio postal o fac-símile de um telegrama que diz: «Chegamos Lisboa cidade maravilhosa. Encontramo-nos bem. Até breve.» E' um postal curioso cujo texto nos chamam a atenção e como tal lembramos de o apresentar à Comissão de Turismo da nossa Terra, dada a sua inovação para que em novas edições de postais a fazer seja incluído o fac-símile do telegrama dizes que digam respeito à nossa Terra.

O postal encontra-se na nossa redacção podendo ser visto por quem o desejar.

A tomada de posse das Comissões Administrativas para as Juntas de Freguesia

Realizou-se na passada quarta-feira, no Salão Nobre da Câmara Municipal, o acto de empossamento das Comissões Administrativas para as Juntas de Freguesia de Aguçadoura, Balazar, Estrela e Rates, propostas pelo Movimento Democrático e homologadas pelo senhor Ministro de Administração Interna e que vão ser presididas,

respectivamente, pelos senhores Florindo Boucinha Alves, Abílio Lopes da Costa Faria, Joaquim de Arriaga Almeida e Alberto Ferreira de Matos.

A cerimónia teve a concorrência de elevado número de cidadãos que, pela sua presença, quiseram demonstrar o seu apoio aos elementos empossados. Depois da leitura das actas respectivas, usou da palavra um elemento da Comissão Administrativa de Balazar que, considerou este o primeiro acto oficial realizado no concelho da Póvoa, no processamento da Democratização iniciada em 25 de Abril e, saudando o Movimento das Forças Armadas, acrescentou:

«A tarefa que vamos encetar não vai ser fácil, dados os vícios de que enfermavam todas as instituições e dada a deformação de mentalidades que a máquina repressiva impôs.

Não nos vai ser permitido praticar os erros das administrações anteriores. Não mais poderemos permitir que os nossos problemas pessoais se sobreponham, ou mesmo dificilmente, a resolução dos problemas de todos. Não mais poderemos permitir que o povo diga que os lugares onde residem elementos das Juntas de Freguesia são, por norma, os primeiros a receber melhoramentos!

Nunca nos poderemos esquecer que foi a vontade popular que nos responsabilizou e, por isso, será a vontade do povo que irá orientar todo o nosso trabalho».

Continua na página 4

nota da semana

HOUVE em tempos a fauna dos adesivos que, com armas e bagagens, acorriam a prestar os seus serviços às instituições que estivessem no Poder. Para não fugir à regra ainda agora eles — adesivos — aparecem todos impantes a mostrar que são gente depois que na madrugada de 25 de Abril surgiu para Portugal inteiro uma nova aurora que nos conduziria a sermos senhores dos nossos direitos e também dos nossos deveres, postergados durante uma noite negra que durou 48 anos. E' necessário que haja por parte das Comissões Administrativas das Câmaras e das Juntas de Freguesia, todo o cuidado, não dando guarida a quantos lhes dêem palmadinhas

nas costas. O movimento gerado na madrugada de 5 d'Outubro que nos trouxe a todos uma aura de prosperidade e de grandeza em todos os domínios, foi vitima desses adesivos que com palavrinhas doces e meigas conseguiram alondar-se aos póstos-chave do novo regime, para depois o apunhalar. Haja em vista as incursões monárquicas, as ditaduras de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais, que não falamos na famigerada traulitânea e na monarquia do Norte. Uma vez mais estamos aqui a dar conta do cuidado a haver com esses adesivos que devem ser postos imediatamente à margem, sem se lhes dar tempo a usarem as suas nefastas manobras.

«a mim não me enganas...»

por IZABELA GONÇALVES SANTOS

Há pouco, ouvimos uma das novas canções portuguesas e nela o refrain: «A mim não me enganas...» Logo nos suscitou o riso, e isso porque nos trouxe à ideia muita gentinha que jamais nos pode enganar na sua cor!

atropelam e usam máscara para conseguir os seus fins, não interessa, antes enoja. Da revista não vale a pena falar. Mas de quem assinou esse tal escrito sobre o 25 de Abril, no seu último número, de Junho, cremos bem, quanto se poderia dizer se necessário fosse para provar que era 100% fascista (ou fingia ser) ao ponto de ensaiar escritos para crianças com elogios a Salazar!

Reconhecimento do direito à independência dos povos do nosso ultramar

O Presidente da República, General António de Spínola, reiterou solenemente, em comunicação feita, no sábado, ao País o reconhecimento do direito dos povos dos territórios ultramarinos portugueses à autodeterminação, incluindo o imediato reconhecimento do seu direito à independência.

O General Spínola afirmou querer ela significar «que estamos prontos, a partir de agora, para iniciar o processo de transferência de poderes para as populações dos territórios ultramarinos reconhecidamente aptas para o efeito, nomeadamente a Guiné, Angola e Moçambique».

O acto de agora do sr. Presidente da República, se tivesse sido praticado no início do terrorismo, há mais de 12 anos, seria mais fácil de ser resolvido, pois não teria sido derramado tanto sangue, criado tantos ódios, gastos tantos milhões de contos.

Não o entendeu o governo fascista que não deixou, usando por todas as formas e meios, que o Povo Português discutisse a solução do problema ultramarino que tantos males trouxe ao País.



A CRIANÇA deve ser protegida contra toda e qualquer forma de negligência, crueldade e exploração. Não deve ser sujeita a tráfico, qualquer que seja a sua forma. A criança não deve ser admitida em nenhum emprego antes de ter atingido a idade mínima apropriada; não deve em nenhum caso, ser constrangida ou autorizada a aceitar uma ocupação ou um emprego que prejudique a sua saúde ou a sua educação, ou que entretão o seu desenvolvimento físico, mental ou moral.

Da Declaração dos Direitos da Criança

Quando então lemos essa carta descabida num coração de Mãe, que não fosse uma dessas outras e mais de igual estofado, sentimos uma revolta que nos levou, subitamente, a responder-lhe em «O Notícias de Guimarães», aconselhando a sua autora a que fizesse de seu filho um herói, sim, mas do quilate de um Alberto Schweitzer de um Pasteur, um Curie, um sábio ou santo, em suma. Dai nascer uma polémica em que nos

Quando o Governo de Salazar fez 30 anos, a Secretaria de Estado de Informação publicou um grosso volume de 700 páginas. Ilustrado, que devia ter custado umas centenas de contos, para querer demonstrar aos portugueses em que era aplicado o di-

PÓVOA CIDADE

por M. FIGUEIREDO

Para quem visita pela primeira vez uma localidade, têm muita importância as primeiras impressões colhidas, e que interessam especialmente quando, por qualquer motivo, elas não são efectivamente as melhores.

Julga-se que, para este caso, satisfariam plenamente avenidas rasgadas ou ruas largas (com árvores e canteiros de flores), marginais por edifícios limpos enquadrados em harmoniosa urbanização. Óptimo seria que a Póvoa pudesse oferecer, nas suas entradas Norte ou Sul, a melhor das impressões, o que infelizmente não se verifica; não se trata, acrescenta-se, de nada de saliente, já que é uma ocorrência vulgar em muitas cidades, algumas delas até de relevante importância.

Há mas é a obrigação detetado se fazer para minorar as naturais deficiências existentes, e muitas das vezes tratar-se até de pequenos pormenores que podem ter perniciosa influência.

Os pavimentos e passeios da Rua de Paulo Barreto e de parte da Rua de Almirante Reis deveriam merecer atenção prioritária, no seu arranjo geral, para que se conseguisse segurança para os peões e o me-

Continua na página 4

O COMERCIO DA POVOA DE VARZIM

JORNAL REPUBLICANO E DEFENSOR DOS INTERESSES LOCAIS DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: MANUEL AGONIA FRASCO REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: R. DE JOÃO DIAS, 6-TEL. 62331 POVOA DE VARZIM DIRECTOR ADJUNTO: MANUEL F. FARIA FRASCO

CONTINUAMOS a ver ocupando lugares públicos e de responsabilidade atitudes grandes responsáveis do fascismo, grandes servidores e mentores do regime deposto, como se nada se tivesse passado, como se não tivesse havido 25 de Abril, como se não houvesse que consolidar com todo o vigor, e urgentemente, a liberdade conquistada, em ordem a poder construir-se uma democracia e a evitar que pudesse vir a ser vão o feito heroico e redentor dos militares do 25 de Abril.

Assiste-se à presença na magistratura de juizes e acusadores que tiveram as mais graves responsabilidades, porque não souberam exercer com independência, e apenas como magistrados a sua missão, e antes foram autênticos

A DEMOCRACIA não se consolida com fascistas

por José Magalhães Godinho

serventúrios dos desejos governamentais, expressos através dos processos políticos organizados pela polícia política, por forma ilegal, brutal e desumana contra as mais elementares regras de direito, e coonestando autênticos crimes contra a integridade física dos cidadãos e os seus elementares direitos à vida, e à defesa, tornando-se autores morais ou cúmplices dos crimes das autoridades policiais.

Deixaram-se instalados em lugares de chefia e de importância, anti-

gos altos funcionários do regime, em postos onde podiam criar as maiores dificuldades ao regime nascente, como seja no ex-Secretário Nacional da Informação, no Ministério da Educação, em inspectores do trabalho, em direcções-gerais, em câmaras municipais, um pouco

Continua na página 4

Poemas da resistência Pergunta...

Eu sei que não é assim —ão bem como tu sabes.

Porém, eu nunca me calei. De mãos e alma lavadas, lutei e lutarei até ao fim contra o que tu suportas —mesmo cuspidos um não contra as portas fechadas de que não quero as chaves!

Tu sabes como eu sei que não somos felizes.

Então, irmão, por que o não dizes?...

65. Setembro, 7 ALFREDO REGUENGO

como era feita a propaganda do Estado Novo

Quando o Governo de Salazar fez 30 anos, a Secretaria de Estado de Informação publicou um grosso volume de 700 páginas. Ilustrado, que devia ter custado umas centenas de contos, para querer demonstrar aos portugueses em que era aplicado o di-

neiro arrecadado, no único intuito de propagandear e angariar simpatia para um regime odiado pelo Povo.

Isto vem a propósito de termos lido naquele volume, que pessoa amiga nos cedeu, o seguinte:

«Póvoa de Varzim, no campo de melhoramentos, sobressaem: a construção do porto de pesca, o Liceu, o bairro para classes operárias, com 100 casas, os edifícios dos correios, 12 edifícios escolares do Plano dos Centenários, Casa dos Pescadores, uma Associação de Caridade, o Instituto Nacional aos Tuberculosos, um edificio para a Caixa Geral

Continua na página 4



NO CAFÉ DA ESQUINA

por ANTÓNIO SÁ

Antes desde o alto da rua podiam-se contar os Cafés e os Bancos. Mas ultimamente os Bancos estavam a absorver os Cafés, comprando-os um a um. Era a lei do mais forte. Mas o Café da esquina sobreviveu.

E logo de manhã os homens começavam a encher o Café e o

Café a encher-se com o ruído dos homens. Ruídos de conversas da vida alheia, de negócios, de futebol, mas quase sempre de futebol — o escape dos homens!

De política não se podia falar, e quando se falava tinha de ser à socapa. Só entre amigos, não fosse a Pide ouvir, e era-se preso por subversão. A tarde, apareciam as velhotas para fazer croquet e tomar chá, e também os estudantes, com livros para dizer que eram estudantes. Num canto, estavam uns a jogar as cartas, outros o dominó, fazendo vida permanente de café, e como se fosse aquele o seu único emprego. Às vezes levantavam-se e iam ao telefone, logo regressando ao lugar e seguíam bebendo café, em pequenas chavenas que fumegavam com cigarros intermináveis.

As horas passavam depressa no Café. A histeria não se alterava, nem o ruído das vozes. Se não fosse porque alguns se levantavam e iam embora, quase se podia dizer que a gente incrustada no café era igual, porque era sempre a mesma.

Ao balcão estava o dono, homem calvo e obeso, sempre em mangas de camisa, e de vez em quando tomava o seu café, para que ninguém duvidasse da sua mercadoria, e seguia servindo os

Continua na página 2

QUE de histórias horripilantes, que de histórias verídicas parecendo irreais pela sua crueldade, correm agora de boca em boca, gozando a liberdade que presentemente podemos usar, como remédio que muitas coisas pode errar e evitar! Entre essas histórias, ressaltam as que dizem respeito às torturas que sofreram presos e presos políticos sob os carrascos que tiveram o nome amaldiçoado de «Pides». Na realidade, a resistência humana é maior do que se possa jamais julgar. . . digamos, parafraseando Marco Aurélio. Do contrário, não haveria uma vítima dos Pides que tivesse sobrevivido ao seu vandalismo, ao jeito desse outro que massacrrou a polaca, por exemplo,

nota da semana

nas mãos de carrascos nazis, que admirada de lhes ter resistido, gritou num misto de alegria e pânico: «Ainda estou viva!» Isso pode gritar, numa igual mistura, Tomás de Aquino (como outros que têm as razões mais fortes para louvar o abençoado 25 de Abril!) — o herói e mártir que no jornal «República» tem ventilado algo do que sofreu, algo do que resistiu. A sua história, como a de tantos, tantos outros lutadores e vítimas do fascismo, deveria ser largamente divulgada, no jornal, no livro, no cinema, no teatro, na rádio, na televisão, a fim de acabar com uma qualquer ilusão que alguém ainda possa ter quanto ao regime que nos amordaçou ao longo de. . . uma eternidade!

Continua na página 4

Ex.mo Sr.
Antonio Ferreira Lopes
Avenida Mousinho, 68 POVOA

Ano 72.º — Nº 33 Publicação semanal — AVENÇA Sábado, 24 de Agosto de 1974

O COMERCIO DA POVOA DE VARZIM

JORNAL REPUBLICANO E DEFENSOR DOS INTERESSES LOCAIS DIRECTOR E PROPRIETARIO: MANUEL AGONIA FRASCO REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: R. DE JOÃO DIAS, 6-TEL. 62331 POVOA DE VARZIM DIRECTOR ADJUNTO: MANUEL F. FARIA FRASCO

UM PROBLEMA PREMENTE

por DORA CORREIA DA SILVA

Como é do conhecimento geral, é grande o número de desempregados, em consequência da fixação do salário mínimo, que se seguiu ao «25 de Abril». Se existem as pequenas empresas, realmente sem possibilidades, há aquelas que falsamente alegam não as ter, e, ainda as grandes empresas que habilidosamente apregoam poder pagar mais, mas que o não fazem, para não prejudicar os seus concorrentes...

Isto significa que são poucos os que pagam razoavelmente e ainda mais raros os que recebem tais salários, contando-se entre estes, claro está, os que foram há meses vítimas de despedimentos colectivos, sem justa causa.

Ocorre perguntar, qual o futuro que aguarda um trabalhador de quarenta ou cinquenta anos, injustamente despedido, após 5 a 8 anos de casa...

Não tem idade para procurar obter nova colocação, nem tão pouco para reformar-se. Que fazer?

Muitos deles, que não possuam contrato colectivo de trabalho, viam para a rua, com indemnizações legais de dois meses de salário, ou seja cinco a seis contos, ou até menos. E agora?

Em plena época de férias, assiste ao espectáculo de ver trabalhadores em condições iguais, que apenas tiveram mais «sorte» com os patrões, gozarem férias subsidiadas, enquanto eles não têm pão para dar aos seus filhos, quanto mais férias...

Nem sequer podem recorrer ao já «tristemente célebre» Fundo de Desemprego para o qual descontaram durante cerca de cinquenta anos todos os trabalhadores deste país e que, parece ter sido canalizada para finalidades não muito bem concebidas.

Há imenso trabalho a realizar, é uma verdade inegável, e, paradoxalmente existem milhares de desempregados, para os quais, pelo «crime» de terem ultrapassado os «trinta e cinco anos», todas as portas se fecham!

Serão inválidas todas as pessoas que não são jovens, mas possuem saúde, cultura e dinamismo?

Na Suíça, os reformados vão para as Universidades realizar cur-

sos que muitas vezes não lhes foi possível tirar ou completar em jovens. Fazem-no por «desporto»? Não, a finalidade é a de se colocarem como professores ou outros cargos apropriados à sua idade e cultura. Tornam-se assim úteis ao

1.º COMICIO DO Partido Comunista Português NA POVOA

Realiza-se hoje à noite, na Praça de Touros da nossa terra, um Comício organizado pelo Partido Comunista Português, que é o primeiro que se efectua na Póvoa e está a despertar grande interesse na população. Serão oradores elementos do PCP e de outros partidos e movimentos políticos.

O Presidente do Conselho falou à Nação

Numa linguagem clara mas muito concisa, o sr. Presidente do Conselho expôs a sua situação económica e financeira em que nos encontramos em 25 de Abril. Não foi surpresa para todos nós que sabíamos o estado em que a Nação se encontrava. Prestes a chegar à falência.

O sr. coronel Vasco Gonçalves quis alertar o Povo para as dificuldades que terá de enfrentar nos próximos dois anos, que supõe serem os necessários para que tudo entre num ritmo que nos dê a todos nós a certeza de termos entrar nos eixos aquilo que há 48 anos andava fora deles.

Focou os assuntos mais prementes e de mais acuidade no momento presente — necessidade de reanimação económica, salários e preços, medidas imediatas a adotar, terminando por afirmar: «Portugal vive um momento muito particular da sua história, simultaneamente de grande esperança pela liberdade alcançada e de preocupação pela grave crise herdada, da qual urge libertarmo-nos. É passado o tempo em que o Gover-

no país e melhoram a sua condição financeira.

Não será preferível, a dedicarem-se à ociosidade, a passarem o tempo no café, na taberna ou nos bancos dos jardins?

Quando sairá uma lei que ponha fim a este estado de coisas e defenda o trabalhador, que pode ser despedido sem justa causa e não pode ser admitido noutra firma, devido à idade? Terá por acaso conseguido juntar, auferindo abaixo do salário mínimo, dinheiro para viver sem trabalhar dez ou vinte anos, enquanto aguarda a reforma?

Talvez a onda de vadios e assaltantes que infestam o país diminuisse se estes e outros problemas prementes fossem estudados urgentemente, pois já diz o velho ditado, que quando a fome bate à porta, a virtude salta pela janela.

É natural que estejam para ser promulgadas novas leis de trabalho mais justas e humanas e nisso confiamos para que deixemos de ler nas páginas dos nossos diários o terrível «límite» dos trinta e cinco anos, para os que necessitam de trabalhar para sobreviver!

no mentia ao Povo. O País tem necessidade de conhecer a sua situação real. Só assim poderá compreender os sacrifícios e a austeridade que se lhe pedem. O Governo Provisório tem o dever de tomar a tempo as medidas que se impõem para o saneamento económico não fazendo política demagógica, e criando assim condições que facilitem o trabalho do Governo que, no próximo ano, há-de ser livremente escolhido pelo Povo Português».

Assim falou o sr. Presidente do Conselho, numa linguagem que todos compreenderam. Como disse, é mau o momento que estamos a viver. Mas recomenda-nos calma e serenidade para podermos enfrentar com dignidade e firmeza os sérios problemas que nos poderão ainda surgir até que a vida económica da Nação volte à normalidade. Saibamos esperar e confiamos num futuro promissor que há-de chegar dentro da Liberdade e da Democracia, pelas quais tantos sofreram e morreram sem poderem ver a hora alta que estamos a viver no momento presente.

O presidente do Conselho, sr. coronel Vasco Gonçalves, esteve a conversar connosco na noite de domingo. Esteve a dar-nos conta da situação financeira, grandemente caótica em que o País se encontrava em 25 de Abril. Situação verdadeiramente aflitiva e desesperante. A coberto da censura, o Povo português permaneceu enganado durante 48 anos. Os afamados superavitistas que o Governo fascista nos apresentava no fim de cada ano, eram, nem mais nem menos, do que autênticos déficits. E só assim, com a falta de liberdade de imprensa, com o apoio da Fide, da Legião e de outros organismos políticos, se podia manter um Governo que teve sempre contra si a vontade do Povo que queria usufruir os direitos que lhe eram devidos. «Não se pode governar contra a vontade do Povo» —

nota da semana

disse um dia Salazar. O certo é que o Povo viveu sempre amordaçado, enganado e vilipendiado, sem ter o direito de levantar a voz de protestar contra as iniquidades de que era vítima. E aqueles que o faziam sabiam muito bem o que os esperava: — a demissão dos seus cargos e com esta a miséria nos seus lares e a deportação. Enquanto muitos se refestelavam a receber por mês dezenas e dezenas de contos, sem nada fazerem, outros viviam na penúria. Tivemos alguns governantes que foram Presidentes do Conselho e Ministros que passaram no exílio as maiores privações, enquanto outros viviam abundantemente, gosando a vida à grande e à francesa em bacanis e outras coisas no género. Mas a verdade vem sempre à tona da água e está agora a dar-nos a conhecer o que foram esses tremendos 48 anos de ditadura.

O SALTO

por RUI MOURA AZEVEDO

Imaginemos um país onde, pela sua posição privilegiada de detentores dos meios de produção e de latifundiários, uma minoria de tubarões capitalistas dita as suas leis, controlando as forças repressivas, o exército, a política, todo um corpo de funcionários que ao longo do território se empenham em manter inerte e acéfalo o grosso da população, escravizada nas fábricas e nos campos, produzindo com o seu trabalho a riqueza de que não usufruem senão o indispensável para que se não esgotem as forças que lhes permitem continuar a produzir.

Pois nesse país o povo começa a dar-se conta da injustiça de que é

vítima, a medida que a desmedida ansia de lucro dos capitalistas vai agudizando as condições de vida da classe laboriosa esta, pelos seus membros mais conscientes, valendo conta do parasitismo dos seus patrões, que mais não fazem do que sugar-lhes o fruto do seu trabalho. E à medida que as grandes empresas monopolistas vão arruinando e lançando na falência os pequenos comerciantes e os pequenos industriais estes vão aumentando o canal daqueles que nada possuem a não ser a força do seu trabalho. A determinada altura os funcionários honestos, os polícias honestos, os militares honestos, lembrando-se da sua origem, dão-se conta igualmente de que estão a ser manejados para sergirem de sustentáculo a uma classe ociosa, absolutamente dispensável nos quadros do país. E unindo as suas forças às do povo trabalhador, conseguem derrubar o odiado regime, e proclamar a supressão dos privilégios da classe capitalista. Estes são despossosados do que injustamente lhes pertenciam, e ficam então tendo de ser aquilo com que a natureza os dotou: a sua força de trabalho. Mas os anos de ociosidade apenas lhes ensinaram uma coisa: a explorar o trabalho alheio. E não são capazes de se adaptar às novas condições.

Orá, paredes meias com este País onde o Povo se libertou, fazendo fronteira com as suas fronteiras, há um País onde os filhos do Povo continuam sendo escravizados, onde os capitalistas continuam com a possibilidade de se apropriarem do fruto do suor da imensa maioria da população. E os capitalistas de País libertado procuram constantemente atravessar a fronteira para o País onde têm a «liberdade» de continuarem a viver na ociosidade, sobre a exploração do Povo. E como nos

Inconcebível

É verdadeiramente inconcebível o que vimos na quarta e quinta feira — dias das Festas d'Assunção — ali enfrente ao Casino e ao Grande Hotel. Bancas pejudas de regueifas, de doce, de frutas, ali ao ar livre sem qualquer resguardo, um autêntico atentado contra a saúde pública.

E vimos mais: enfrente, espalhados pelas guias do passeio, um estendal de roupas confeccionadas, e retalhos de tecidos, a dar-nos a impressão de que estávamos em qualquer aldeia onde cada um faz o que quer e entende.

Isto não está certo. Já aqui o dissemos e de novo repetimos. Esses feirantes, talvez a troco de poucas dezenas de escudos pagos por uma licença que lhes é concedida, chegam ao fim do dia e levam para as suas terras o que aqui arrecadaram prejudicando, assim, os estabelecimentos locais e as casas que têm à venda os artigos que ali vimos.

Quanto a nós isto não está certo, nada certo, e por isso torna-se necessário que mostremos aos banhistas que temos entre nós e aos forasteiros que nos visitam, que a Póvoa é uma cidade e não qualquer aldeia sertaneja.

Serão lomadas as providências devidas para o futuro? Esperamos que sim.

Diana-Bar

Depois de completamente remodelado e dotado de mais conforto, reabriu na noite de sexta-feira da semana passada, o Diana-Bar que passa, como já dissemos, a ser explorado pela empresa do Bar Enseada.

Está apenas a funcionar a 1.ª fase, pois a última só terá lugar, terminada que seja a época balnear.

QUANDO em 27 de Julho ouvimos o discurso do General Spínola, talvez pela grandeza que dele se desprendia e nos reafirmava na consciência do nosso valor histórico, talvez por nos encontramos aqui longe, tomou-nos uma profunda sensação de ruptura que, sinceramente, se sobreps à nossa habitual adesão ao cumprimento do dever. De repente, encontráramo-nos em país estrangeiro.

Seguiu-se, há dias, o comunicado após as conversações com Kurt Waldheim, e o desfiar dos territórios e seus direitos reconhecidos tinha a solenidade crua de um triunfo da História impondo-nos as suas condições.

Não foi impunemente que um saudosismo de quinhentos anos embalou teimosamente o nosso orgulho de portugueses de aquém e de além-mar. Amava-se esta África através do deslumbramento épico dos Lusíadas, contemplávamos com emoção estes mares das nossas caravelas — todo o esmag-

Em Paz

por MARIA CESARINY CALAFRTE

dor testemunho das glórias marítimas de um pequeno povo que, numa impaciência mal disfarçada, os alheios se apressam a despojar.

Mas a História acontece inextinguivelmente. O Destino faz a sua política. Temos de curvar-nos e compreender.

É infelizmente a realidade em África era bem outra do que a que nos ensinavam desde o tempo da escola. E que perdurava, para comodidade e capa de muita acção funesta. Nem mesmo víamos aqui encontrar, como esperávamos, a abertura de certo modo familiar que atenuasse as asperezas da adaptação. A separação, afinal, já vinha de longe: um snobismo tonto (não os há que o não sejam, mas, enfim, em certos casos, com

alguma base, embora desvirtuada), à mistura com uma curiosidade coscuvilhreira, e mais retraimento, enquanto se não conclui se a novidade se ajusta ou não aos padrões estabelecidos — de que ninguém sai por iniciativa própria, as alterações devendo ser decretadas pelos cabeceiras (para não dizer cabeceitas) do costume.

Não são todos, sim, já sabemos (para que não se ofenda quem por acaso nos leia); há até alguns de muito valor. Mas a generalidade é de que define o ambiente.

Parece que antes não era assim, que tudo se modificou depois das actuais dificuldades. Não se dizia, por exemplo, aos «acabados de chegar da Metrópole que só vinham comer o que era de cá, sem compreenderem que não ti-

Continua na página 4

Governador Civil do Porto

Foi convidado para ocupar o cargo de Governador Civil do Porto, que aceitou, o nosso querido amigo e prestioso democrata sr. dr. Mário Cal Brandão, que sofreu grandes martírios no tempo do salazarismo, e que vimos sempre nas primeiras linhas a apoiar as candidaturas à Presidência da República do almirante Quintão Nireis, e dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado.

Espera-se que a sua nomeação, que tem o acordo de todos os partidos, seja publicada no «Diário do Governo» afim de tomar posse do cargo para podermos ver saneado o nosso Distrito onde o fascismo continua em muitos aspectos a ditar leis.

O POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO

Ano 72.º — N.º 38

Publicação semanal — AVENÇA

Sábado, 5 de Outubro de 1974

O COMERCIO DA POVOA DE VARZIM

JORNAL REPUBLICANO E DEFENSOR DOS INTERESSES LOCAIS
DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: MANUEL AGONIA FRASCO
REDAÇÃO ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: R. DE JOÃO DIAS, 6. TEL. 62331 POVOA DE VARZIM
DIRECTOR ADJUNTO: MANUEL F. FARIA FRASCO

PARA aqueles que de boa fé não compreenderam a campanha desenvolvida pelas forças democráticas e esclarecedora dos verdadeiros motivos da manifestação organizada pela denominada «maioria silenciosa», os acontecimentos do passado sábado foram como pedradas na sua ingenuidade. Para quantos julgavam que os constantes alertas divulgados na imprensa, com vista ao desmascaramento dos verdadeiros fins da burla que se pretendia organizar a nível nacional, não eram

a reacção não passará

outra coisa senão uma tentativa de confundir as vias de democratização— para esses, o total desmantelamento da conspiração reaccionária e a acção neutralizadora desenvolvida pelas massas populares em apoio ao Movimento das Forças Armadas e deve ter sido (foi, com certeza) uma expressiva prova de que não é permitido às forças democráticas abandonarem a sua permanente vigi-

lância, pois a reacção aproveita e explora todas as oportunidades para tentar destruir o ainda jovem edifício deste Portugal novo. Foi uma magnífica jornada a que se viveu na madrugada de 28 de Setembro. Talvez tão importante como a arrancada vitoriosa do 25 de Abril, no processo em curso de consolidação da Democracia. Mas mais rica de ensinamentos porque, desta vez, o Povo desarmado, numa extraordinária demonstração de unidade e de consciência, antecipou-se na acção destruidora da conjura fascista, demonstrando a sua maioridade cívica tantas vezes negada ao longo da dilatada de meio século. Pois ordeiramente, com uma determinação que nascia da perfeita consciência dos momentos que se viviam, as forças populares ergueram barricadas e barreiras em todas as estradas que pudessem conduzir a Lisboa elementos reaccionários dispostos a subverter a ordem Democrática instaurada, permitindo que na capital se desencadeasse e desenvolvesse a acção promovida pelas Forças Armadas que veio a fazer abortar as tentativas fascistas de destruir as conquistas cívicas que a unidade popular, com o Movimento das Forças Armadas e o Governo Provisório já alcançaram. Ninguém se convenceu ou queira convencer que a reacção está moribunda e fácil de controlar. Os poderes derrubados pelo 25 de Abril tudo farão para continuar a usufruir de uma situação de mando ditatorial, tudo farão para voltar a comandar a seu prazer um Povo ainda indeciso e temeroso, tudo farão para poder manter o domínio económico num País sugado já até aos ossos pela sofreguidão dos grandes monopólios. É necessário que a onda de boatos que naturalmente vão desabar sobre todos nós seja rechaçada com serenidade, é indispensável depositarmos a nossa confiança no Movimento das Forças Armadas, no senhor Presidente da República e no Governo Provisório. A aliança das forças democráticas e populares com as Forças Armadas é uma realidade que não pode ser destruída, qualquer que seja a arma que a reacção pense usar. A vigilância cuidadosa e a denúncia de todos os maneios que pretendem diminuir essa unidade, é um imperativo imediato de todos os democratas, de todos os portugueses antifascistas conscientes da hora histórica que vivemos. A reacção não passará. O fascismo não passará!

A acção desenvolvida na Póvoa e Vila do Conde

Na madrugada de sexta para sábado, piquetes populares compostos por elementos do Movimento Democrático e Partidos Comunista e Socialista, de Vila do Conde e Póvoa, situaram-se nas entradas da ponte d'Este e ponte d'Ave e também na porte de Vila do Conde, controlando as viaturas particulares e excursões que ruamavam o sul, esclarecendo a situação e o momento político, informando da conspiração planeada pelas forças reaccionárias que, a coberto de uma homenagem ao Presidente da República, pretendiam desencadear actos terroristas que fizessem perigo o regime

democrático. As primeiras horas da manhã de sábado, as três forças políticas desenvolveram uma activa movimentação de esclarecimento, convocando uma manifestação popular de repúdio às manobras reaccionárias e apoio ao Movimento das Forças Armadas. Esta manifestação realizou-se na Praça do Almada, usando da palavra, na altura, elementos do Movimento Democrático, Partido Socialista e Partido Comunista, das duas terras, e também jovens militantes da UEC e Juventude Socialista da Póvoa, exortando à unidade e vigilância das forças democráticas e neutralização de elementos intimamente

ligados ao anterior regime, cuja acção continue a desenvolver-se no sentido de prejudicar e impedir a consolidação das conquistas já alcançadas.

A manifestação popular terminou com um cortejo que percorreu algumas ruas da nossa Terra, passando pelo Quartel onde vibrantemente aplaudiu as forças militares.

a renúncia do senhor General António Spínola

Na manhã de segunda-feira o sr. General António de Spínola anunciou ao País, por meio da Televisão e de outros órgãos de informação, a renúncia ao cargo de Presidente do Republico, em face dos acontecimentos verificados no último fim de semana. Os órgãos de soberania nacional, perante essa atitude, nomearam o sr. General Costa Gomes para o desempenho do mesmo cargo que, por sua vez, manteve à frente do Governo Provisório o sr. Brigadeiro Vasco Gonçalves.

Viva a República! Viva a Democracia!

O dia de hoje é o dia maior da República. Faz 64 anos que o regime se implantou em Portugal muito tendo contribuído para essa implantação o Povo, o Exército e a Armada. É uma data histórica que o decorrer dos anos jamais fará esquecer. Os homens desses tempos já longínquos eram idealistas. E porque o eram confiaram absolutamente nos seus adversários mantendo-os nos postos-chave, conservando-os em lugares de comando. E o que sucedeu? Precisamente o que sucedeu agora após o 25 de Abril. Forças reaccionárias quiseram travar a ascensão do regime sem o conseguirem apesar de muito se terem empenhado para impedir as leis sociais, algumas ainda hoje em vigor. As forças da reacção que tentaram perturbar a marcha do regime de 5 d'Outubro porque o seu lema era Liberdade, Igualdade e Fraternidade são semelhantes às que se infiltram, por todas as formas e meios, a procurar desmantelar o 25 de Abril que o Povo Democrático e as Forças Armadas trouxeram de novo a Portugal depois de termos vivido quase meio século em permanente regime de opressão sem direitos nem liberdades. Os homens do 5 d'Outubro viveram e morreram pobres. Quando deixavam o Governo regressavam à sua vida normal. Não tinham Conselhos de Administração de Empresas nem Bancos à sua espera. Eram idealistas. «O Comércio da Póvoa» que se orgulha de ter sido sempre republicano em todos os tempos, até nos mais difíceis que atravessou, rende a sua homenagem aos homens integros e puros do 5 d'Outubro de 1910.

A "Maioria Silenciosa" DEVE SER A MINORIA RICA

A Campanha de propaganda desenvolvida para aliciar as populações para a manifestação que se propunha realizar em Lisboa custou, e é bom não esquecermos, algumas centenas de contos, dispendidos em poucos dias. Imprimiram-se tarjetas na ordem do milhão e milhares mil exemplares, alixaram-se milhares de cartazes, utilizaram-se aviões na distribuição de propaganda, subsidiavam-se as excursões com viagens pagas e «gorjetas».

Referindo o nosso colega «República», só a campanha de cartazes deve ter custado cerca de 300 contos. E o resto? Os alugueres das camionetas? As merendas?

Não nos restam dúvidas: muitas centenas de contos se movimentaram. Também era a única forma, aqui para nós, de uma minoria se fazer passar pelo contrário...

AVEROMAR

A população de Averomar, que esteve presente em elevado número na comemoração de regosio pela vitória alcançada, foi sujeita, no decorrer da manifestação a atitudes provocatórias por alguns elementos ligados às forças reaccionárias, daquela freguesia. Dai resultou um clima de tensão que veio a agravar-se ao longo do dia quando grupos de populares exigiram solução para o diferendo religioso que divide o povo de Averomar, assim como a detenção de elementos altamente comprometidos com o regime fascista, responsáveis pela situação de desavença e exaltação que agora se vive.

exige a detenção de elementos reaccionários

que manobram insidiosamente no intuito de manterem o actual clima emocional e o permanente estado de tensão, esperando que a ocasião proporcione alargar a outras regiões as confrontações populares.

Não será necessário explicar que, então, fácil seria estender uma onda de descontentamento sobre as populações, desviando a sua

Continua na página 4

A «Maioria Silenciosa» e os Partidos Políticos

No domingo manteve-se a situação de conflito latente e cerca das onze horas da noite, depois de se terem concentrado numa tentativa de demonstração de força junto à unidade militar, elementos afectos às forças reaccionárias reuniram-se de novo em Averomar. A confrontação provocatória, que obrigou à intervenção das Forças Armadas e da GNR, eclodiu, numa agressão indiscriminada sobre populares e elementos do Movimento Democrático, que foram feridos por descargas consecutivas de armas caçadeliras, que tinham no propósito atomizar a população e manter o regime oligárquico e de ditadura económica que o 25 de Abril não conseguiu ainda destruir nesta freguesia.

A versão posta a circular, nalguns sectores e em alguns diários nortenhos, que pretende circunscrever ao aspecto religioso os graves incidentes ocorridos em Averomar, erra, inconsciente ou propositadamente, quando não considera nem refere as forças ocultas

deixar de se sentir solidarizado com os propósitos da projectada manifestação e assim o reafirma, uma vez mais, clara e inequivocamente.

Mesmo depois do desmantelamento da conjura o referido partido não desdenha de manter as referidas posições e, mais uma vez, o torna público. Isto pode parecer estranho a muita gente. Mas se nos lembrarmos que o ditador Salazar fez parte de um Centro Académico de Democracia Cristã, talvez se verifique que não é por acaso que em 1974 se retomam velhas signs de 1921.

O novo Presidente da Republica COSTA GOMES:

UM DEMOCRATA

O general Costa Gomes, agora eleito pela Junta de Salvação Nacional, é uma das maiores figuras de militar das Forças Armadas Portuguesas. É o seu primeiro general. Homem sóbrio, dotado de excepcional inteligência, clareza de visão dos acontecimentos, profundos conhecimentos da arte da guerra, democrata intransigente e

de uma serenidade a toda a prova, vai ocupar no delicado momento presente, o mais alto cargo da República.

Toda o seu passado de cidadão ilustre, toda a sua magnífica actividade revelada no antes e no depois do 25 de Abril não constituem garantia incontestável da sua honra-

dez e das suas inabaláveis convicções democráticas. Será o chefe exemplar do nosso nascente Estado Democrático. Nele, no seu espírito, na sua capacidade de sacrifício e no seu amor à Democracia e à Pátria todos nós devemos confiar.

«Diário Popular», de 27-7-74

58 José Leite Vasconcelos
Av. D. Paulo Távora 681 - Cel.
Vila do P.

Ano 72.º — Nº 41

Publição SEMANAL — AVEŊA

Sábado, 26 de Outubro de 1974

O COMERCIO DA POVOA DE VARZIM

DIRECTOR E PROPRIETARIO: MANUEL AGONIA FRASCO

JORNAL REPUBLICANO E DEFENSOR DOS INTERESSES LOCAIS

DIRECTOR ADJUNTO: MANUEL F. FARIA FRASCO

REDACCAO ADMINISTRACAO E OFFICINAS: R. DE JOAO DIAS, 6-TEL. 62331 POVOA DE VARZIM



S MESES VÃO CORRENDO, NA CAVALGADA do tempo. Não tarda, nesta correria do tempo e da vida, que surja o mês das eleições — o mês de Março, o mês da Primavera, o mês de renovação. Certo, iremos votar (só votámos uma vez na vida, por engano...) no Partido cujo programa ofereça maiores garantias de Ordem e Progresso — no Amor Fraternal que, por si, encerra o melhor programa! Por quem votará o nosso parente mais chegado? Por quem votará o nosso vizinho do lado, e aquele outro? A eles cabem o direito e dever de escolher, na liberdade da verdadeira Democracia, sem a influência de A, ou B. Cabe a cada indivíduo (conscio dos seus Direitos e Deveres e dos Direitos e Deveres do semelhante) escolher o Partido que lhe pareça oferecer maior confiança nas promessas que fará aos seus adeptos e não adeptos, e, ainda, no género de promessas que façam à Pátria e a cada cidadão.

E' um caso muito sério, votar. E porque assim é, o voto não deve jamais dar-se a torto e a direito, nem tão pouco receber-se da parte de irresponsáveis. Está a nossa gente preparada para votar conscientemente? Quantos jovens de dezoito anos estarão na verdade mentalizados para votar com plena consciência da responsabilidade do acto de votar? Cremos bem que a grande maioria desses jovens significa um ZERO no valor que se possa atribuir ao seu voto. E quanto ao resto da população que deverá, ou deveria votar, também a maioria se nos afigura incapaz de uma decisão válida. O caso é para lamentar e a culpa do triste estado de «massa em bruto» da maior parte da gente lusa, é desse punhado de ditadores que de Portugal tentou fazer um redil... A nosso ver, é cedo demais para umas eleições em que analfabetos e outros indivíduos de mentalidade atrofiada possam votar sabendo o que realmente devem dar e receber!

VOTAR

ou por ISAURA CORREIA SANTOS

não votar...

Um ano ou quase assim de Liberdade e de transformação social, não chega para abrir o raciocínio, para aclarar e aprofundar a noção dos Deveres de cada um de nós para com a Pátria, para com o Mundo, para compreender e sentir a solidariedade, para incutir um amor constante ao trabalho, à família, ao lar... e assim por diante nas regras de Bem Viver numa comunidade equilibrada em que todo o cidadão saiba, claramente, o que pode e o que não pode exigir.

Temos feito perguntas a jovens de dezoito anos e a adultos, sobre questões sociais, questões políticas, e ficamos desolada, pensosa, ao verificarmos através das suas respostas, uma ignorância flagrante quanto ao Fascismo, ao Nazismo, ao Comunismo, à Democracia, popular ou não, ao Socialismo, aos Direitos do Homem, e assim por diante no que o homem da rua tem que saber, deve saber, ou de coisa alguma servirá o seu voto!

Continua na página 4

O 28 de Setembro:

a Pide e o Povo

por CARLOS OLIVEIRA

A propósito da tentativa de golpe contra-revolucionário, que vinha sendo preparado há já algum tempo e que contava com apolo mais ou menos camuflado em certas personalidades ainda ligadas na altura às Forças Armadas e ao Governo Provisório, convém tirar algumas conclusões, que se nos afiguram evidentes, à volta do que se entende por repressão, vigilância, defesa das instituições.

A primeira vista, e só assim,

poderá parecer que, afinal, continuam a ser presas pessoas, fechados jornais e revistas, proibidos partidos políticos do manifestarem a sua opinião e trabalharem partidaricamente. Este modo de abordar o que acontece no nosso país, e não só no nosso país, tem sido bastante usado, como tem vindo a ser denunciado, por certa imprensa estrangeira, interessada em distorcer as realidades e em provocar o iso-

lamento do actual processo de democratização em Portugal. Convém, pois, aclarar melhor as questões que se levantam, tentar ver o que está por trás das acções que as pessoas mal esclarecidas podem identificar como sendo «a mesma coisa». Isto é: convém analisar, de uma maneira esquemática, necessariamente incompleta, o que se entende por defesa da ordem democrática e por defesa da desordem ordenada fascista.

Há um, e só um, ponto comum: a defesa dos dois regimes implica repressão sobre pessoas, organizações, ideias. As verdadeiras questões, no entanto, colocam-se a outro nível: como actua a repressão fascista? Que interesses defendia a PIDE-DGS ao prender, denunciar, torturar, os portugueses? Como actua a repressão democrática e popular? Que interesses defende?

Quanto aos métodos de actuação da PIDE, julgo desnecessário lembrar o que toda a gente sabe. No entanto, escusando-me a enumerar todos os adjectivos qualificativos de tal organização, quero salientar as seguintes características:

— A PIDE fazia um trabalho «de sapa». Não se mostrava. Actuava mais ou menos «na sombra».

— A PIDE era composta por funcionários do Estado, pagos mensalmente, com prémios de «produtividade».

— A PIDE, para além dos informadores pagos, não tinha qualquer colaboração popular, antes pelo contrário.

— Os agentes e informadores da PIDE-DGS subvertiam as próprias instituições fascistas, tais como os Sindicatos, as Casas do Povo, etc., reduzindo a zero as poucas possibilidades dos trabalhadores fazerem vingar os seus direitos. Isto é: a PIDE actuava contra a própria legalidade fascista!

Agora, o reverso da medalha: como actua a repressão democrática e popular? O 28 de Setembro está ainda na memória de todos nós. Essa grande jornada de luta antifascista, que não deve ser esquecida, serve de ponto de apolo para caracterizar os processos utilizados pelo povo e por todas as forças progressistas no combate contra o obscurantismo, a mentira, o atraso social e económico:

— A repressão do povo sobre os reacçãoários é feita «às escancaras», de uma forma perfeitamente aberta.

Continua na página 4

o nosso comentário

NÓS TAMBÉM CONFIAMOS

Quando este nosso comentário for lido, a Câmara da Póvoa tem à frente dos seus destinos uma administração democrática, a primeira depois dos longos anos de ditadura fascista. E na sua acção, no plano de trabalho que pense desenvolver e realizar, estarão postos os olhos de todos os povoíras. A sua tarefa não vai ser fácil. Não só porque lhe vai ser erigido uma perfeita integração nos complexos problemas administrativos como ainda terá de defrontar um amontoado de erros e vícios legados por um regime que sempre se preocupou em construir fachadas, bonitinhas mas só para vista. Toda uma remodelação se impõe e a todos os níveis. Tarefa que não será viável de realizar nos poucos meses da sua existência, que se inicia agora e findará com as eleições do próximo ano. Mas breve, embora, será de sua responsabilidade desbravar o terreno onde novas administrações possam edificar com segurança e confiantemente a sociedade nova que ambicionamos. Todo o trabalho a programar

PRECISAMENTE à hora em que dávamos por finda a paginação do jornal, estava a ser empossada a Comissão Administrativa da nossa Câmara. Deslocou-se para esse fim, propositadamente à Póvoa, o ilustre Governador civil do distrito, Dr. Mario Cal Brandão, que foi recebido pelo presidente e vogais da Comissão e por muitos democratas povoíras para quem o Dr. Cal Brandão não é pessoa desconhecida. Ao acto estiveram presentes centenas de pessoas da Póvoa e das freguesias do concelho, que vieram trazer aos novos representantes do nosso Município a sua solidariedade, como que a dizer-lhes que podem contar com o seu apoio em tudo quanto seja necessário para restituir as liberdades fundamentais que o homem deve possuir para se orientar por si próprio, e que haviam sido postergadas durante quase meio século por um regime corrompido que não consentia que levantássemos a voz em defesa dos nossos direitos. Outros pensavam por nós. Como não podemos referir-nos mais pormenorizadamente ao acto transcendente que decorreu no fim da tarde de quinta-feira, deixamos para o próximo número um relato mais circunstanciado. Entretanto ao felicitar-nos os novos representantes da nossa Câmara, esperamos que a sua acção seja profíqua na resolução dos problemas que mais afectam a nossa querida Terra.

nota da semana

«Para os devidos efeitos declaro que assistí pelas 18 horas do dia 11 de Outubro de 1974, à reunião em conjunto dos operários ao serviço da Firma João Gomes Ferreira, realizada na oficina desta Firma, sita à Rua Rocha Peixoto 2, desta cidade.

Perante o exposto pelo sr. João Gomes Ferreira nesta reunião; declaro que, concordo continuar ao serviço desta Firma, recebendo o ordenado de 130\$00 enquanto prestar serviço nas obras que esta Fir-

ma está a executar por empreitada para os Ex.ªs Srs. Manuel Azevedo Gomes e Sá, sita na Rua da Junqueira, Tipografia Camões sita no Lugar de Penouços, Eunice Lima de Carvalho, sita na Avenida dos Banhos, António da Silva e Sá, sita na Cova do Coelho, António Joaquim Monteiro, sita na Rua Gomes de Amorim, todas estas

cidade da Póvoa de Varzim. Que terminadas estas obras o sr. João Gomes Ferreira, cumpromete-se a pagar os ordenados mínimos previstos pela tabela de 1 de Outubro de 1974, assim como as cláusulas previstas na alínea 1.ª 2.ª e 3.ª da mesma tabela.

O OPERÁRIO

Póvoa de Varzim, 14 de Outubro de 1974»

O sr. João Gomes Ferreira, figura relativamente conhecida nesta cidade da Póvoa de Varzim, parece

CONSTRUTOR CIVIL boicota salários

POR RUI MOURA AZEVEDO

desconhecer que o 25 de Abril não foi apenas uma mudança governamental, mas sim uma profunda transformação nas mentalidades e na correlação de forças entre a classe explorada e a classe exploradora. Se o sr. João Gomes Ferreira pusesse a circular antes do 25 de Abril um documento como o que transcrito acima, por certo que seria bem sucedido, pois teria uma PIDE/DGS pronta a reprimir como subversivo o operário que se negasse a acatar a vontade toda poderosa da entidade patronal.

O sr. João Gomes Ferreira, já despediu alguns dos seus operários que se negaram a assinar aquele

decreto-lei enviado já para o Diário do Governo, para entrar imediatamente em vigor, cria o lugar de Secretário de Estado da Justiça, desaparecendo, desta forma, o cargo de sub-Secretário da Administração Judiciária. Este cargo estava a ser desempenhado pelo ilustre democrata e nosso prezado amigo e antigo colaborador, sr. dr. Armando Bacelar, que automaticamente passa a ocupar o de Secretário de Estado da Justiça.

Daqui lhe enviamos as nossas felicitações pela justiça feita ao seu talento e às suas firmes convicções democráticas que sempre o acompanharam.

Dr. Armando Bacelar

Continua na página 4

O COMÉRCIO DA PÓVOA DE VARZIM

JORNAL REPUBLICANO E DEFENSOR DOS INTERESSES LOCAIS
DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: MANUEL AGONIA FRASCO
REDAÇÃO ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: R. DE JOÃO DIAS, 6-TEL. 42351 PÓVOA DE VARZIM
DIRECTOR ADJUNTO: MANUEL F. FARIA FRASCO

o processo democrático em movimento

Não nos recorda de há cinquenta anos para cá, se assistir a uma tomada de posse que tivesse a presença de tão elevadíssimo número de pessoas, como foi a posse da Comissão Administrativa da nossa

O acto de posse, realizado na penúltima quinta-feira, teve a presença do ilustre Governador civil dr. Mário Cal Brandão que propositadamente se deslocou à Póvoa, como já o havia feito muitas vezes na clandestinidade. Aqui conta muitas amizades e muitas simpatias. Na mesa, previamente constituída, viam-se autoridades e enti-

tugal. Do mesmo modo saudou o seu amigo sr. Joaquim Teófilo Nunes Bento. No final da sua breve oração, pois — disse — precisamos mais de acções do que de palavras, deu um viva a Portugal que foi delirantemente ovacionado. O dr. José Tróvão que vinha exercendo as funções de Presidente da Câmara, agradeceu a

Tomou posse no dia 24 a Comissão Administrativa da nossa Câmara

Câmara. Os salões do Município não comportaram tanta gente, o mesmo se tendo verificado pela escadaria. Até na Praça do Alameda era elevado o número de pessoas que não puderam ter acesso ao interior do edifício camarário. As gentes da Póvoa e do seu concelho quiseram, com a sua presença, trazer os novos edis municipais toda a sua solidariedade. Quiseram dizer-lhes que podem contar em absoluto com o seu apoio e o seu entusiasmo, precisamente no momento em que se verifica em todo o País uma era de ressurgimento que nos há-de conduzir a um futuro mais justo e mais humano em todos os sentidos.

dades poeiras especialmente convidadas. Depois de lido o auto de posse pelo chefe da secretaria, prestaram seguidamente o tradicional juramento as individualidades a quem foi confiada a gestão do nosso município, srs.: dr. Alfredo Selrós da Cunha Maio Graça, presidente; Joaquim Teófilo Nunes Bento, Dr. Maria Fernanda Faria Fonseca, Manuel Fernandes Faria Frasco, Dr. Silva e Costa, Manuel José Ferreira Lopes e Carlos Araújo Martins, numa coalescência feita entre o Movimento Democrático Português e Partidos Socialista, Popular Democrático e Comunista.

deslocação do governador civil à Póvoa, referiu-se, de um modo geral, à situação municipal e em especial à dos Serviços Municipalizados, e desejou para a Comissão Administrativa que acabava de ser empossada as maiores felicidades para bem da Póvoa e de todos os que nela habitam.

O dr. Alfredo Graça propositadamente infringiu o protocolo, dirigindo as primeiras palavras aos municípios, visto que é, quanto a ele, o Povo o mais soberano, e depois às autoridades presentes. Disse que tanto ele como os vogais da Comissão estavam perfeitamente conscientes das dificuldades que terão de enfrentar na resolução dos muitos problemas da Póvoa. No entanto não lhes faltam nem o ânimo nem a coragem para os resolver dentro da medida do possível. Agradeceu a presença do sr.

Continua na página 4

DR. MARTINS DA FONTE

Foi convidado para ocupar um alto cargo no Supremo Tribunal Administrativo, de Lisboa, o nosso presado amigo e conterrâneo sr. dr. Martins da Fonte, ilustre advogado com escritórios no Porto e na Póvoa.

Felicitemo-lo por esse motivo, tanto mais que o dr. Martins da Fonte deu, em toda a vida, altos exemplos na luta anti-fascista que o 25 de Abril fez tornar no nosso País.

todos são iguais na nossa saúde...

O dia de ontem — 1 de Novembro — foi consagrado aos nossos mortos. Não há quem não tenha no Campo Santo, um conhecido, um amigo ou uma pessoa de família. Nesse dia de visita ao Campo da Igualdade, onde não existem privilégios e onde todos são iguais porque a terra é a mesma que a todos cobre, não faltou uma prece dolorosa e sentida por quantos deixaram este mundo perverso e mau, onde o ódio campeia em toda a extensão. Viam-se flores e lumes, desde os luxuosos mausoléus das mais humildes campas, levadas ali por pessoas amigas ou por familiares que não olvidam os seus mortos que lhes foram tão queridos em vida e que, depois de atrádos para o Além, jamais deixaram de permanecer na sua saudade mais viva e mais intensa. A romagem anual ao Cemitério — dia em que a igualdade da condição do Homem se manifesta na sua mais crua realidade — será mais um motivo de mediação para quantos consideram como meta fundamental, a conquista das posições sociais, mesmo conseguida à custa do espezinhamento dos que os rodeiam.

S. MIGUEL

A ILHA VERDE

A situação agrária de S. Miguel é boa, graças ao clima privilegiado para certas culturas. A fertilidade do solo arável e a actividade dos seus agricultores que, arrostando com uma atmosfera morna e húmida (propícia à lassidão), vão trabalhando arduamente dia a dia. Prospecções variadas na aclimação de certas espécies vegetais de produção mais rentável e métodos de grande aperfeiçoados de geração para geração, permitem aos micelenses colheitas suficientemente compensadoras. Dedicam-se particularmente à cultura do milho, trigo, beterraba (açucareira), tabaco, exploração frutícola e hortense, criação de gado e aproveitamento florestal. No entanto, não deixam de cultivar com certa vaidade e esmero, o chá e o ananás, que em S. Miguel só se desenvolve por métodos delicados e em estufas aquecidas pelo sol.

Não obstante as condições agrárias compatíveis as espécies cultivadas, os ilhéus lutam com dificuldades tremendas, desde a orografia do terreno (encostas abruptas, que só podem ser cavadas à enxada),

O chá e o ananás, duas produções privilegiadas da ilha

pelo Dr. Fernando Ramôa

vantes ciclónicas (que obrigam a defender os laranjais e pomares de variadas espécies, com renques de arvores improdutivas e de folha persistente, formando muralha protectora) e chubras copiosas que originam enxurradas descontroladas,

Continua na página 2

Serviço de relações com o público

A Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, pretendendo nortear a sua acção político-administrativa pela vontade popular, considera da maior necessidade incentivar os contactos com a população.

Embora a Câmara Municipal e todos os serviços dela dependentes se mantenham abertos a todos os municípios, a Comissão Administrativa dá conhecimento de que todos os dias úteis, excepto aos sábados, das 18 às 19 horas, um dos seus elementos se encontrará no edifício da Câmara à disposição dos que pretendam apresentar os seus problemas ou sugestões.

A Comissão Administrativa

um rumo para a EDUCAÇÃO

O Prof. Vitorino Magalhães Godinho, Ministro da Educação e Cultura, reuniu, em recente volume dos «Cadernos Republicanos», artigos seus publicados em vários jornais e revistas entre 1968 e 1970. Da introdução a esse livro — «Um Rumo para a Educação» — publicamos hoje um extracto.

Durante quatro decénios os portugueses viveram no esparilho de um sistema na plena aceção da palavra. Havia uma perfeita coerência de fins e de meios, a acção visava a eficácia na manutenção desse todo institucional de modos de viver e de pensar, de comportamentos. Qual o fim? Salvaguardar a sociedade tradicional, do Antigo Regime, de silêncios rurais e hierarquia rígida, guiada por um Estado autoritário e paternalista, como paternalista seriam a empresa e a família; nessa estrutura social-política não contava o cidadão, as instituições não se ordenavam com fim à cidadania, mas sim à fidelidade dos que deviam obediência aos que tinham o encargo de mandar; o ritualismo religioso constituía o valor supremo, a crença no dogma sobrepunha a fé, dizia-se «vade retro» ao espírito científico e à liberdade de criação cultural, recusava-se a cultura moderna, como a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Daí a sistemática destruição do pouco — muito? — que a curia Republicana conseguia erguer em matéria de ensino e investigação, e que se destinava precisamente a construir uma sociedade burguesa moderna, aberta aos elementos populares, em substituição da sociedade antiga todavia sobrevivente. Encerraram-se escolas e instituições de cultura: a Faculdade de Letras do Porto, a Escola Normais e Superiores, os jardins infantis oficiais, as Universidades Populares ou Livres, a Imprensa da Universidade de Coimbra, a Sociedade Portuguesa de Escritores. Demitiram-se professores e investigadores: Palido Valente, Fernando da Fonseca, Casção de Anclães, Adelino Costa, Dias Amado, Aurélio Quintanilha, Mário Silva, Rodrigues Lapa, Newton de Macedo, Bento Carapa, Azevedo Gomes,

Henrique de Barros, Silvío Lima; Agostinho da Silva, Manuel Valadares, Marques da Silva, António José Saraiva... não prosseguiu. Praticou-se uma selecção tantas vezes ao invés, deixando de fora os melhores, ou em postos de grana de ensino considerados inferiores — a grande parte da pesquisa científica como de criação cultural tiveram de fazer-se, com que sacrifícios e limitações, fora das instituições que as deveriam promover e acarinhar. Encerraram-se associações académicas, acabou-se com a representação estudantil no governo das instituições escolares que a Primeira República instituiu com larga visão. Abaixou-se o nível e determinou-se a qualidade quer do professorado quer do ensino; o recurso em massa a eventuais e a regentes de postos escolares, como o frequente levantamento das cotas de classificação dos exames bastam para o ilustrar. Mas foi-se mais longe, porque se reduziu toda a instrução ao nível mínimo: A esmagadora maioria chegava a saber ler, escrever e contar — e a taxa de analfabetismo permaneceu bem alta! Os programas afundaram-se no mais obsoleto — no ridículo — obsoleto — e visaram sobretudo a conformação da mentalidade dos educandos nos valores adoptados pela oligarquia dominante. Tiraram como mira a propaganda dos pontos de vista oficiais. Paraguiou-se a investigação científica — até se suprimiram os Núcleos de Investigação Matemática; não se aproveitaram os bolsos que tinham ido lá fora fazer uma autêntica formação — como António Monteiro, Hugo Ribeiro, tantos outros; reduziu-se a história a uma mitologia oficial e impediram-se as outras ciências humanas, chegou-se ao cúmulo de pretender uma medicina «portuguesa»!

Construtor civil boicota salários

Com pedido de publicação recebemos do construtor civil sr. João Gomes Ferreira, a seguinte carta:

Senhor Rui Moura Azevedo: Através do artigo que publicou no «Comércio da Póvoa» de 26-10-74, sob o título «Construtor Civil Boicota Salários» ataca-me com sanha capaz de fazer, quase, corar uma PIDE/DGS, que até nele invoca

Antes de lhe dar resposta vou tentar convencer-me e facultar-lhe a oportunidade de convencer os leitores do «Comércio da Póvoa», de que agiu precipitadamente (?) pois na mais elementar justiça há que ouvir acusadores e acusados, testemunhas de defesa e acusação. O senhor só ouviu uma parte, um dos poucos que não quiseram aceitar as realidades irre-

versíveis do que acontece — o que qualquer construtor civil sr. confirmará — na crise do momento presente e cuja complexidade por certo lhe escapa.

Vou admitir, para já, que lhe tenha sido omitido o essencial do que se passou, que o relato feito foi tendencioso ou incompletamente

Continua na página 2

Etémérides Poveiras

OCTUBRO

21-1911 — Tomás Cavalheiro, tripulante do salva-vidas «Cego do Matos», lançou temerariamente à água, com o consentimento do Mestre Patrão Lagoa, e conseguiu, embora com risco da própria vida, salvar muitos marinheiros do cruzador S. Rafael, unidade da armada que perigosamente naufragara contra a península da vilacendense capelinha da Gota. Os referidos salvamentos viriam a merecer aquele heróico povoito a Medalha do Instituto de Socorros a Náufragos.

25-1947 — Com a descrição do estudo em mimeiro existente na Comissão Municipal, «exemplo herídico que eleva a 5 o número de armas de família esculpidas na Póvoa», o nosso prezado amigo e distinto publicista, Dr. Flávio Gonçalves, conclui o seu erudito estudo sobre «O Escudo d'Armas dos Barões da Póvoa de Varzim». O referido estudo, encontra-se no jazigo que, à data, pertencia ao Dr. Matos Moreira, sucessor dos Silva Campos, ditos Barões da Póvoa,

Ex.mo Sr.
Antonio Ferreira Lopes
Avenida Mousinho, 68
POVOA

Ano 72.º — Nº 43 Publicação semanal — AVENÇA Sábado, 9 de Novembro de 1974

O COMÉRCIO DA PÓVOA DE VARZIM

JORNAL REPUBLICANO E DEFENSOR DOS INTERESSES LOCAIS
DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: MANUEL AGONIA FRASCO DIRECTOR ADJUNTO: MANUEL F. FARIA FRASCO
REDAÇÃO ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: R. DE JOÃO DIAS, 6 - TEL. 42331 PÓVOA DE VARZIM

CERTO, todos nós vibrámos sobremaneira sempre que os nossos soldados regressavam do Ultramar, de uma guerra entre as mais criminosas, que tantas vidas ceifou e tantas marcas dolorosas deixou entre nós e mais além, mais além!
Presentemente, o seu regresso agita nos ainda mais, porquanto nos diz que essa guerra monstruosa acabou!
Observámos na medida do possível os que regressaram da Guiné independente. Ouvimos e lemos o que disseram, ou o que de todos eles, ou de qualquer um em particular, se disse e escreveu. Daí o facto de sabermos o que a muita gente teria passado despercebido, por uma ou outra razão. Quantos teriam ouvido um desses soldados, aliviados do seu fardo tão penoso, melo libertos do seu peso, responder a um jornalista que, à hora do desembarque, lhe perguntou várias coisas acerca do novo governo na Guiné independente?! Nessa pequena entrevista, o soldado em questão disse que o novo governo desse território onde, graças a boa política, ficaramos como «amigos» no desenrolar de interesses mútuos numa nova nação de língua portuguesa, havia ordenado que os vadios trabalhassem nos campos, a desbravar a terra — e que outros parasitas também deixassem de aparecer na sociedade: as desgraçadas que se vendiam, de Cabo Verde. Os vadios natos e criados na Guiné, regenerar-se-iam no trabalho campestre. Es-

PARASITAS...

por ISaura CORREIA SANTOS

sas desgraçadas que para a Guiné tinham ido com um determinado propósito, receberam ordem de deixar aquele território, onde urgia ver gente sã de corpo e alma. Cremos que esse governo facilitou a sua ordem, dando-lhes a viagem para a sua terra, Cabo Verde — como ficou dito.
Quem ouviu esse soldado, ou leu as suas palavras, não se teria impressionado com a lição do governo de homens que muitos julgavam, ou julgam, atrasados, grosseiros, talvez atrofiados, melo selvagens?!
Quanto a nós, embora tivéssemos já formado uma opinião favorável quanto aos homens que iriam governar a Guiné independente, não pudémos deixar de pasmar ante medida tão acertada — boa lição para muitos povos e para si próprios bem na órbita da civilização! Claro que meditámos um pouco quanto ao destino daquelas desgraçadas que fazem de si mercadoria. Acção demasiado dura, essa de as expulsar?! Sim, de certo modo. Todavia, cremos que não sendo propriamente distraídas na sua terra e ali lhes dessem outro destino...
Se fossem realmente da Guiné independente, sem dúvida que o novo governo as não expulsaria mas, sim, tentaria levá-las a bom caminho através do trabalho — o grande remédio, o grande regenerador!
Um «bravo» para a Guiné, agora independente, por fazer guerra aos parasitas e de modo que serve de exemplo aos super-civilizados!

reação não é só palavra

O uso e abuso da palavra *reação*, pode levar a uma interpretação errada e por vezes propositadamente deturpada, do termo reaccionário.
Neste momento, e em relação ao 25 de Abril, reaccionário é todo aquele que se opõe aberta ou encapotadamente, ao Programa do MFA, que o mesmo é dizer, à democratização da vida nacional.
Tal facto levou os saudosistas do antigo regime a esconderem-se debaixo das mais variadas capas, utilizando todos os termos e mais alguns para disfarçarem os seus propósitos últimos, ou seja, o regresso à ditadura que oprimiu o nosso povo durante 48 anos.
Claro que esses elementos não se vão apresentar como fascistas ou corporativistas; isso seria dar demasiada nas vistas...
Usam outros slogans, outros nomes, outra roupagem. Apresentam-se como democratas, como defensores dos interesses do «povo», e vão até ao ponto de se dizerem identificados com o Programa do MFA!
A actuação desses indivíduos faz-se sentir através de uma campanha de sorriso, pela frente, e de boatos alarmistas e calúnias contra as Forças Armadas, por trás. Sabendo que o binómio Povo-Forças Armadas é uma barreira intransponível para o imobilismo retrógrado, tentam semear a divisão entre eles e entre as próprias Forças Armadas.
Ainda há bem pouco tempo, um panfleto anónimo aparecido no Porto, pretendia dar uma corpartidária ao MFA e aos ministros militares do Governo Provisório, uma manobra evidente de calúnia baixa, no mais refinado estilo fascista.
O caso da revolta da minoria reaccionária em Moçambique, foi um autêntico barómetro para uma análise da situação em Portugal.
Logo no dia imediato, circulou em Lisboa um panfleto intitulado Informação Livre, com 6 páginas polítipadas, onde se fazia a apologia desse acto criminoso e se propalavam notícias falsas e comentários de índole colonialista e nitidamente contrários aos interesses do povo moçambicano. Certos

Continua na pág. 4

ora bolas!

por CARLOS DE RIOBOM

Estava ledo e quedo, todo entregue à santa beatitude, à contemplação mística da vida dum santa — quando me falaram no artigo «O Balde de Agua Fria e a Fogueira Africana» — carta aberta à minha humilde pessoal Sem isso, nem sequer... teria dado por ela.

creveu em letra redonda cobras e lagartos acerca do filme — arrebatou-me a tal ponto que, sem sacrilégio, a considero a figura mais extraordinária da Bíblia... logo a seguir à do Nazareno! Acompanhou-me até à morte, unguento com óleos de nardo, enxugou-me os pés com os seus próprios cabelos.

Continua na página 4

Li-o de relance, a minha primeira exclamação — peço desculpa ao seu ilustre autor — foi: — «Ora bolas!» «Que chatice!» Afinal, que pretendem estas boas almas de mim? Tentarem convencer-me que os brancos — todos os brancos do mundo, de todas as nacionalidades — desbarbararam em África apenas para converter os negros à sua religião, ao cristianismo? Mostrarem-lhes o verdadeiro caminho da salvação, do Céu?
Larguei o referido «Ora bolas», o que não é lá muito delicado, porque escrevinho neste momento, por simples madureza, um livro, uma peça em três actos, focando a vida de Maria de Magdala!
Uma brincalhote que me surgiu à mente, depois de ter visto em Londres a peça, e no Porto o filme: — «Jesus Christ Superstar». É que a figura grandiosa de Maria Madalena — embora isso possa custar a engolir a certo «beatorro» que anda por aí à solta, que es-

PEDIDO...
Não me perguntes por que estou sozinho, nem por que está quebrada esta guitarra!
Não me perguntes nada — que eu nem sei se saberia mesmo, responder-te.
Segue o teu rumo, como se não me tivesses visto.
Vai sempre atrás, vai! Nada temas — que en vou contigo, escondido dentro de ti — e hei-de falar-te quando, ao sofrer, te julgares sem ninguém!...
70. Novembro, 10
ALFREDO REGUENO

Exposição de Serigrafia NO CASINO

Proveniente de Lisboa e pela primeira vez no Norte do País, encontram-se em exposição, de 2 a 15 de Novembro, no Monumental Casino, serigrafias de pintores portugueses e brasileiros. Vespairo, Júlio Pomar, Nikias Skapinakis, Espiga Pinto, Charrua, Costa Pinheiro, Eduardo Nery, Eduardo Luis são alguns dos principais nomes representados.
A organização pertence a Kompas, Geradora de Arte que, assim, procura contribuir para uma maior divulgação da arte contemporânea. A entrada é livre.

nota da semana

Novas e novas canções de gente nova, para novos tempos. Boas e más — naturalmente. Mas na generalidade, construtivo é o objectivo de todas elas. Portanto... sejam bemvindas na mensagem edificante que possam ter no seu âmago e transmitir aos seus ou não de vida nova, na justiça e no amor que enriquecem uma nação e alegram um povo. Como nós numa hora de repouso em que se procure recrear o espírito ouvindo música através de uma estação radiofónica, muitos indivíduos teriam ouvido o cancionista brasileiro Chico Buarque numa canção excessivamente sentimental, em que no último verso grita que «Portugal ainda há-de ser um grande império colonial»!!! Tão grande admiração?! Claro que sim, e ainda mais por termos escutado essa canção através da RTP, da Emissora Nacional e até do R. C. P. — que, como a maioria dos órgãos informativos e das gentes, condena o colonialismo. É caso para perguntar se um império colonial é plausível ou censurável. Se é censurável, como a grande maioria afirma em todo o mundo, porque razão se transmite essa canção de Chico Buarque?! Porque se não transmite, em vez dessa, a canção muito igual de Jorge Mestanki?! Este diz inteligentemente que Portugal ainda há-de ser GRANDE, decerto MAIOR! — e não GRANDE IMPÉRIO COLONIAL...

A MORTE espregueira na adega

A fermentação do vinho, que nesta altura do ano se processa por todo o país, tem estado na origem de muitas mortes por intoxicação.
A fermentação do vinho, ou melhor, a fermentação da glicose dá como resultantes o álcool etílico e o dióxido de carbono. Este dióxido de carbono o grande responsável pelas mortes por asfixia verificadas.
Se tiver de entrar numa vasilha grande ou pequena, que tenha servido a vinho, lembre-se que ao raspar as paredes interiores, vai ter fermentação e portanto a possibilidade de sofrer intoxicação.
Faça-o só com o ar bastante arejado ou com máscara de tomada de ar à distância.
Se a sua adega, onde tem várias vasilhas de vinho a ferver, for funda, não se esqueça que também aí vai existir muito dióxido de carbono. Abra janelas de ventilação junto ao chão e provoque corrente de ar.
No caso de alguém ser vítima por asfixia nestas condições, transporte-o para o ar fresco e, se necessário, proceda à respiração artificial.

JUVENTUDE MUSICAL PORTUGUESA

Estão já em pleno funcionamento, às quartas-feiras e sábados, a partir das 15 horas, no antigo edifício do Turismo, no Largo do Dr. David Alves, os cursos de iniciação musical, que incluem solfejo, piano e viola clássica. Há ainda possibilidade de se criar um curso de canto. Ainda é possível fazer-se inscrições, dando-se todas as informações necessárias no local ou pelo telefone 64125, no horário acima referido.



O Governador civil do Distrito, sr. dr. Mário Cal Brandão, no momento em que saudava o presidente da Comissão Administrativa da Câmara, sr. dr. Alfredo Scirós da Cunha Maio Graça (à direita), no acto de posse realizado em 24 de Outubro, no salão nobre do nosso município

A constituição dos Pelouros da Câmara da nossa Terra

Tem reunido assiduamente a Comissão Administrativa da Câmara da Póvoa, realizando os primeiros estudos sobre os problemas cuja resolução é requerida mais insistentemente. Iniciou-se na segunda-feira o serviço de relações públicas, destinado a permitir um contacto directo dos municípios com elementos da administração e, entretanto, podemos comunicar que foram já distribuídos os sectores de trabalho, que ficaram assim entregues: Presidência, Secretaria, Tesouraria e Polícia, dr. Alfredo Graça; Obras e Urbanização, dr. Silva Costa; Educação e Cultura, dr. Fernanda Fonseca; Aldeias, Teófilo Nunes Bento; Serviços Municipalizados, Carlos Martins; Saúde e Assistência, dr. Alfredo Graça e Manuel Lopes; Coordenação e Desenvolvimento, Manuel Lopes; Turismo, Manuel Frasco. Esperamos que venham a ser transmitidas à imprensa as primeiras indicações sobre planos de acção, para podermos informar do que vai ser a orientação imprimida na administração municipal.

Centro de Prevenção e Segurança



Manifestação dos poveiros em frente aos Paços do Concelho

A manifestação popular organizada no sábado, pela Comissão Concelhia do Movimento Democrático do Porto, de agradecimento ao Movimento das Forças Armadas, ultrapassou a expectativa de toda a gente. Na Praça do Almada viam-se alguns milhares de manifestantes que se concentraram frente ao edifício da Câmara, a entoar o Hino Nacional em coro com um entusiasmo indescritível. Alguns jovens empunhavam dísticos como estes: «O Povo unido jamais será vencido», «Regresso dos Soldados», «Fim do fascismo», «Contra a carestia da vida», «Movimento democrático» e outros. (...)

O Comércio da Póvoa de Varzim, de 4 de Maio de 1974.

Em 1974 publicavam-se na Póvoa de Varzim dois jornais semanários: o “Ala-Arriba”, que veio substituir o jornal “Ideia Nova” em 1952 e “O Comércio da Póvoa de Varzim”, que se manteve em circulação desde Dezembro de 1903.

O “Ala-Arriba” termina esta fase da sua existência com a publicação do n.º 1134, de 27 de Abril de 1974, voltando a ser publicado em 15 de Agosto de 1979. Durante o ano de 1974 apenas se mantém em publicação “O Comércio da Póvoa de Varzim”, sendo que, logo a seguir ao 25 de Abril, o seu primeiro número foi o de 4 de Maio.

Só em 1976 surge o jornal “O Poveiro” e na década de 80 os jornais “A Voz da Póvoa”, em 1981, e “O Notícias da Póvoa de Varzim”, em 1982.